

Exortação Apostólica pós-Sinodal “Amoris laetitia” (AL)

[Introdução]

0. O sentido e a razão de um itinerário

[Capítulo 1 – À luz da Palavra (8-30)]

1. A família à luz da criação

2. A condição comum de sermos todos filhos - TV

3. Cada família vive muitas contrariedades

4. A família e toda a problemática associada ao trabalho - TV

5. O melhor remédio para as tensões familiares: ternura e oração

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias (31-57)]

6. Ainda faz sentido falar de matrimónio cristão? - TV

7. Todos nos deixamos tocar pela ‘cultura do provisório’ - TV

8. Quando os jovens não têm futuro... - TV

9. Uma das maiores pobreza de hoje é a solidão

10. Mobilidade entre o ‘drama’ e o ‘desafio’ - TV

11. Integração e acolhimento do deficiente e do idoso - TV

12. Das teorias de género à complementaridade das diferenças

[Capítulo III – O olhar fixo em Jesus: a vocação da família (58-88)]

13. A família como uma vocação querida por Deus

14. O matrimónio como um sacramento especial

15. Libertar a sexualidade da sua ambiguidade

16. A vida que surge do amor conjugal

17. A família como uma Igreja doméstica

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

18. A ‘qualidade’ do amor cristão

19. O amor é paciente - TV

20. O amor é prestável – torna-se serviço - TV

21. O amor não é invejoso - TV

22. O amor não é arrogante nem vive do orgulho

23. O amor é amável e, por isso, não é inconveniente

24. O amor não procura o próprio interesse

25. O amor tudo perdoa e tudo desculpa

26. O amor alegra-se com os outros

27. O amor tudo confia

28. O amor tudo espera

29. O amor tudo suporta

[Capítulo V – O amor que se torna fecundo (165-198)]

30. O amor que dá vida e que a acolhe como dom

31. O Amor que oferece uma família a quem não tem

32. O Amor que ‘alarga’ o sentido de família

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

33. Precisamos de repensar a pastoral familiar paroquial

34. Como cuidamos da preparação dos noivos?

35. Os primeiros anos de vida matrimonial

36. Gestos concretos para os primeiros anos da vida em casal

37. Quando chegam as crises... - TV

38. Quando as crises terminam em separação

39. Da ‘separação’ à reconciliação

40. Acompanhar depois das ruturas e dos divórcios

41. Quando a morte entra casa dentro... - TV

[Capítulo VII – Reforçar a educação dos filhos (259-290)]

42. Acompanhar e educar os filhos... e os mais jovens

43. A família como a primeira e principal ‘escola’

44. Educar na sexualidade - TV

45. Educar nos dinamismos da fé - TV

[Capítulo VIII – Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade (291-312)]

46. Acompanhar os que vivem juntos ou casaram civilmente

47. Acompanhar os divorciados recasados

48. A integração na comunidade dos divorciados recasados

49. O enquadramento pastoral para as normas do discernimento

50. Um diálogo confiante entre pastores e fiéis

[Capítulo IX – Espiritualidade conjugal e familiar (313-324)]

51. A família como o lugar de uma espiritualidade específica

52. A oração na família

53. Os esposos que vivem a alegria de envelhecerem lado a lado

54. A família como o lugar da graça e do testemunho da fé

[Conclusão]

55. Fim de um itinerário: tempo para avaliar e agradecer

0. Introdução – O sentido e a razão de um itinerário

O que vamos propor é um itinerário de reflexão que tenha como referência a Exortação Apostólica pós-Sinodal do Papa Francisco sobre a família: “Amoris laetitia” (AL), isto é, a “Alegria do Amor”. Esta Exortação foi publicada no dia 8 de abril de 2016. Contudo, está datada, não por acaso, de 19 de março, Solenidade de S. José e no contexto do *Jubileu Extraordinário da Misericórdia*.

Trata-se de um documento que recolhe os resultados de dois Sínodos sobre a família convocados pelo Papa Francisco: um ordinário em 2014 e outro extraordinário em 2015. Por isso, os relatórios conclusivos destes Sínodos dos Bispos são abundantemente citados, juntamente com documentos e ensinamentos dos seus predecessores e as numerosas catequeses sobre a família do próprio Papa Francisco.

Não deixa de ser interessante que o Papa recorra também aos contributos de diversas Conferências episcopais de todo o mundo (Quênia, Austrália, Argentina...) e a citações de personalidades de relevo, como Martin Luther King ou Erich Fromm. Há ainda uma referência particularmente interessante ao filme dinamarquês “A Festa de Babette” (1987), que o Papa recorda para explicar o conceito de gratuidade.

O texto parte da ideia fundamental de que «A ALEGRIA DO AMOR que se vive nas famílias é também o júbilo da Igreja» (AL 1). É esta alegria ‘do amor que se vive nas famílias’ que queremos refletir, reconhecer e, sobretudo, celebrar. Como diz o Papa «Espero que cada um, através da leitura, se sinta chamado a cuidar com amor da vida das famílias, porque elas ‘não são um problema, são sobretudo uma oportunidade’» (AL 4).

Este documento é constituído por 325 parágrafos distribuídos por nove capítulos:

- Capítulo primeiro - “À luz da Palavra” [8-30]
- Capítulo segundo - “A realidade e os desafios das famílias” [31-57]
- Capítulo terceiro - “O olhar fixo em Jesus: a vocação da família” [58-88]
- Capítulo quarto - “O amor no matrimónio” [89-164]
- Capítulo quinto - “O amor que se torna fecundo” [165-198]
- Capítulo sexto - “Algumas perspetivas pastorais” [199-258]
- Capítulo sétimo - “Reforçar a educação dos filhos” [259-290]
- Capítulo oitavo - “Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade” [291-312]
- Capítulo nono - “Espiritualidade conjugal e familiar” [313-324]

Oração à Sagrada Família

(Texto do Papa Francisco no final da Exortação AL 325)

Jesus, Maria e José,
em Vós contemplamos
o esplendor do verdadeiro amor,
confiantes, a Vós nos consagramos.

Sagrada Família de Nazaré,
tornai também as nossas famílias
lugares de comunhão e cenáculos de oração,
autênticas escolas do Evangelho
e pequenas igrejas domésticas.

Sagrada Família de Nazaré,
que nunca mais haja nas famílias
episódios de violência, de fechamento e divisão;
e quem tiver sido ferido ou escandalizado
seja rapidamente consolado e curado.

Sagrada Família de Nazaré,
fazei que todos nos tornemos conscientes
do carácter sagrado e inviolável da família,
da sua beleza no projeto de Deus.

Jesus, Maria e José,
ouvi-nos e acolhei a nossa súplica.
Ámen.

1. A família à luz da criação

[Capítulo 1 – À luz da Palavra]

Os «dois primeiros capítulos grandiosos do Génesis oferecem-nos a representação do casal humano na sua realidade fundamental. Naquele trecho inicial da Bíblia, sobressaem algumas afirmações decisivas. A primeira, citada sinteticamente por Jesus, declara: ‘Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus; Ele os criou homem e mulher’ (Gn 1,27)» (AL 10). Por isso, «O casal que ama e gera a vida é a verdadeira ‘escultura’ viva (não a de pedra ou de ouro, que o Decálogo proíbe), capaz de manifestar Deus criador e salvador» (AL 11).

Na vida, muitas vezes, corremos o risco de esquecer o ponto de partida, a origem e o princípio do que somos e do que acreditamos. É particularmente interessante que a Exortação Amoris Laetitia nos comece por recordar a todos que no princípio está Deus. Não um deus qualquer, não um deus à nossa imagem, mas o Deus que nos criou. Somos nós que somos criados à sua imagem.

Este pequeno grande pormenor pode fazer muito diferença no nosso quotidiano. A referência não somos nós, o ‘original’ não somos nós, o ponto de partida não somos nós... mas Deus. É n’Ele e a partir d’Ele que podemos repensar o que somos e o que acreditamos. Ele é a nossa medida e o nosso horizonte. De facto, fomos criados à ‘imagem e semelhança’ de Deus (Cf. Gn 1,26a).

Contudo, esta certeza reclama a resposta a uma pergunta: quem é este Deus que nos criou? O Deus das batalhas?, o Deus dos sacrifícios?, o Deus das promessas?... Não! Este Deus é Amor (1Jo 4,8.16). Não um amor banal ou superficial, tipo sentimento ou ‘gosto muito’, mas antes um amor que dá a vida até ao fim, um amor que é capaz de criar e um amor que sabe perdoar.

Deste modo, o Deus que nos criou não é uma teoria, não é uma ilusão, não é uma ideia, mas uma relação. Deus criou-nos a nós, a cada um de nós. Somos sua ‘imagem e semelhança’. Deus é Amor e o seu amor é que é Todo-Poderoso, Criador, Onnipotente... Por isso, é que Deus ‘só pode’ o que o Amor pode. Ou seja, Deus não pode ser egoísta, não pode ser vingativo, não pode ser um ‘juiz impiedoso’... Deus pode e faz em nós o que o seu amor pode.

Contudo, temos que ter consciência que a ‘imagem’ ou a ‘semelhança’ não é a realidade ‘em si mesma’. Ou seja, somos imperfeitos e frágeis e, por isso, muitas vezes, ‘desfocamos’ o ‘original’ que está em nós. Chamamos a essa realidade o pecado. De facto, o pecado desfoca a imagem de Deus em nós. Daí que necessitamos permanentemente de pedir perdão uns aos outros e, sobretudo, a Deus por tantos gestos, por tantas palavras, por tantos pensamentos e por tantas omissões que não falam de amor – do seu amor.

Senhor que cada um de nós, que cada uma das nossas famílias e que cada uma das nossas comunidades possa ser mais ‘imagem viva’ do teu amor por nós.

2. A condição comum de sermos todos filhos

[Capítulo 1 – À luz da Palavra]

Diz o Papa Francisco que «Se os pais são como que os alicerces da casa, os filhos constituem as ‘pedras vivas’ da família (cf. 1Ped 2,5). É significativo que, no Antigo Testamento, a palavra que aparece mais vezes depois da designação divina (YHWH, o ‘Senhor’) é ‘filho’ (*ben*), um termo que remete para o verbo hebraico que significa ‘construir’ (*banah*). (...) A presença dos filhos é, em todo o caso, um sinal de plenitude da família na continuidade da mesma história de salvação, de geração em geração (AL 14)».

O texto da Exostação Pós-Sinodal reforça a ideia da importância dos filhos na família e do quanto os filhos são sinal do amor pleno dos pais. Quis Deus, pela criação da humanidade (homem e mulher) que essa mesma humanidade fosse capaz de se associar ao mistério profundo do ‘dar vida’. O ato criador que tem origem sempre em Deus e que é continuado, de geração em geração, pela ação dos pais.

A grandeza e o mistério da criação e do nascimento de cada um de nós revela, por um lado, a relação ‘umbilical’ com o Deus criador e, por outro, a condição que nos une a todos – somos todos filhos. Alguns de nós podem não ser ‘pai’ e ‘mãe’ mas todos nós somos ‘filhos’. Essa condição radical torna-nos não apenas filhos dos nossos pais (biológicos) mas, sobretudo, ‘filhos de Deus’ e irmãos uns dos outros.

Por isso, é que faz tanto sentido a única oração que Jesus nos ensinou – ‘Pai-Nosso’ (cf. Mt 6,9). Primeiro lugar, referimo-nos a Deus como Pai, não como ‘patrão’ ou não como ‘juiz’. O nosso Deus estabelece connosco uma relação de filiação. Somos seus filhos. Somos filhos no Filho (Jesus Cristo). Em segundo lugar, dizemos ‘nosso’ e não ‘meu’. O Pai é nosso, isto é, é de todos os que o reconhecem como criador. Assim, todos os que chamam a Deus Pai são, por consequência, irmãos.

Esta condição comum de sermos todos filhos devia ter consequências muito maiores na nossa vida pessoal, na nossa vida familiar e também na nossa vida paroquial. Muitas vezes, esquecemos este ponto de partida, esquecemos não só a dimensão de mistério que cada uma das nossas vidas é, como também a dimensão de fraternidade a que cada uma das nossas vidas se devia sentir desafiada.

Que cada um de nós possa celebrar a condição de sermos ‘filhos’, agradecendo os pais que temos, reconhecendo a importância dos nossos irmãos e pedindo a graça de que as nossas comunidades possam ser, cada vez mais, uma ‘construção’ da ‘família’ cristã. Uma família que ‘descobre’ em Deus um Pai e que vê no outro um irmão.

3. Cada família vive muitas contrariedades

[Capítulo 1 – À luz da Palavra]

Diz a Exortação Pós-Sinodal que há «um rasto de sofrimento e sangue que atravessa muitas páginas da Bíblia, a começar pela violência fratricida de Caim contra Abel e dos vários litígios entre os filhos e entre as esposas dos patriarcas Abraão, Isaac e Jacob, passando pelas tragédias que cobrem de sangue a família de David, até às numerosas dificuldades familiares que regista a história de Tobias ou a confissão amarga de Job abandonado: Deus ‘afastou de mim os meus irmãos, e os meus amigos retiraram-se como estranhos’ (Jb 19, 13)» (AL 20).

«O próprio Jesus nasce numa família modesta, que à pressa tem de fugir para uma terra estrangeira. Entra na casa de Pedro, onde a sua sogra está doente (cf. Mc 1, 29-31), deixa-Se envolver no drama da morte na casa de Jairo ou no lar de Lázaro (cf. Mc 5, 22-24.35-43; Jo 11, 1-44), ouve o pranto desesperado da viúva de Naim pelo seu filho morto (cf. Lc 7, 11-15); atende o grito do pai do epilético numa pequena povoação rural (cf. Mc 9, 17-27). Encontra-Se com publicanos, como Mateus ou Zaqueu, nas suas próprias casas (cf. Mt 9, 9-13; Lc 19, 1-10), e também com pecadoras, como a mulher que invade a casa do fariseu (cf. Lc 7, 36-50). Conhece as ansiedades e as tensões das famílias, inserindo-as nas suas parábolas: desde filhos que deixam a própria casa para tentar alguma aventura (cf. Lc 15, 11-32) até filhos difíceis com comportamentos inexplicáveis (cf. Mt 21, 28-31) ou vítimas da violência (cf. Mc 12, 1-9). Interessa-Se ainda pela situação embaraçosa que se vive numas bodas pela falta de vinho (cf. Jo 2, 1-10) ou pela recusa dos convidados a participar nelas (cf. Mt 22, 1-10), e conhece também o pesadelo que representa a perda duma moeda numa família pobre (cf. Lc 15, 8-10)». (AL 21)

«Nesta breve resenha, podemos comprovar que a Palavra de Deus não se apresenta como uma sequência de teses abstratas, mas como uma companheira de viagem, mesmo para as famílias que estão em crise ou imersas nalguma tribulação, mostrando-lhes a meta do caminho, quando Deus ‘enxugar todas as lágrimas dos seus olhos, e não haverá mais morte, nem luto, nem pranto, nem dor’ (Ap 21, 4)» (AL 22).

De facto, Deus nunca nos abandona, nunca deixa de nos acompanhar, mesmo quando, por vezes, não sentimos a sua presença. Ele é o Deus da compaixão, o Deus que ‘sofre-com-quem-sofre’. Talvez muitas vezes nos aconteça como aos discípulos de Emaús, Deus caminha ao nosso lado mas nós temos dificuldade em o reconhecer. O que podemos ter sempre a certeza é que Deus e a sua Palavra não são teorias abstratas, ou ideias poéticas, mas são ‘companheiros’ de viagem nas alegrias e, sobretudo, nas dificuldades. Uma presença que nos faz caminhar com esperança para além das contrariedades.

4. A família e toda a problemática associada ao trabalho

[Capítulo 1 – À luz da Palavra (8-30)]

«O facto de o trabalho ser uma parte fundamental da dignidade da vida humana deduz-se das primeiras páginas da Bíblia, quando se afirma que Deus ‘colocou [o homem] no Jardim do Éden, para o cultivar e, também, para o guardar’ (Gn 2,15)» (AL 23). Com efeito, «o trabalho torna possível simultaneamente o desenvolvimento da sociedade, o sustento da família e também a sua estabilidade e fecundidade» (AL 24).

Nestes números da Exortação Pós-Sinodal valoriza-se a importância do trabalho. Sendo um texto sobre a família estabelece-se assim uma relação entre o trabalho e a própria família. Uma relação que nem sempre é pacífica e, sobretudo, nem sempre é entendida de modo ‘sacramental’. O trabalho é muito mais do que uma oportunidade para ter dinheiro ou sustentar uma família.

Podemos sublinhar seis aspetos relacionados com a importância e o sentido do trabalho: (1) é um lugar de realização pessoal, de identidade, de equilíbrio pessoal; (2) é um modo de sustento pessoal e familiar, uma oportunidade de possuir o necessário para viver dignamente; (3) é uma possibilidade de desenvolvimento e de construção da sociedade onde nos inserimos; (4) é o lugar de muitas das nossas relações, onde podemos criar ‘laços’ importantes para o nosso equilíbrio afetivo; (5) é uma ‘segunda casa’ onde passamos muito tempo e onde se joga uma parte determinante de toda a nossa vida; (6) pode e deve ser um dos nossos locais privilegiados de missão e de testemunho cristão. Por tudo isto, o trabalho é um lugar ‘sacramental’, um lugar onde Deus se realiza em nós, um lugar onde a manifestação de Deus se revela de ‘muitos modos’.

Todavia, muitas vezes, o trabalho é o local de muitos problemas e de muitas tensões que geram sofrimento na pessoa e na família. O Papa Francisco sublinha sobretudo ‘o desemprego e a precaridade laboral’ (cf. AL 25). Pensemos nas pessoas que não têm emprego, que se sentem ‘rejeitados’ e ‘inúteis’, que andam a ‘entreter-se’ e a tentar ‘sobreviver’ entre os dias que passam, que mandam imensos CV’s e que ninguém lhes responde. Sem ‘identidade’, sem ‘dinheiro’, sem ‘relações’ como se pode construir uma família? Conclui o Papa: «esta falta de emprego afeta, de várias maneiras, a serenidade das famílias» (AL 25).

Pensemos nos que, por este motivo, têm de imigrar, têm de abandonar tudo e todos para ‘recomeçar’ a vida – quanta desilusão lhes atravessa o coração? Pensemos ainda nos que experimentam a ‘precaridade laboral’ dos salários em atraso e dos salários baixos, dos que sofrem ameaças constantes de ‘despedimento’ ou dos que presentem que ‘empresa’ está a fechar...

Pensemos, por fim, naqueles que dão mais importância ao trabalho do que à família - com sede de estatuto ou de dinheiro. A família passa para segundo plano e acaba por ser um anexo. A distância afetiva, a falta de vida partilhada, o tempo que não se passa junto... começa a abrir caminho para a separação e para o divórcio. Que sentido afinal tem estar casado e ser família? Como prevenir?

5. O melhor remédio para as tensões familiares: ternura e oração

[Capítulo 1 – À luz da Palavra (8-30)]

«Como distintivo dos seus discípulos, Cristo pôs sobretudo a lei do amor e do dom de si mesmo aos outros (cf. Mt 22,39; Jo 13,34)» (AL 27). «No horizonte do amor, essencial na experiência cristã do matrimônio e da família, destaca-se (...) [uma] virtude, um pouco ignorada nestes tempos de relações frenéticas e superficiais: a ternura. Detenhamo-nos no terno e denso Salmo 131, onde – como se observa, aliás, noutros textos (cf. Ex 4,22; Is 49,15; Sl 27/26,10) – a união entre o fiel e o seu Senhor é expressa com traços de amor paterno e materno. Lá aparece a intimidade delicada e carinhosa entre a mãe e o seu bebé, um recém-nascido que dorme nos braços de sua mãe depois de ter sido amamentado» (AL 28).

Nestes últimos números do primeiro capítulo, o Papa Francisco, parece que nos quer indicar como que um ‘remédio’ para as tensões e para os muitos problemas que afetam a família. A partir da Escritura sublinha a ideia da ternura, numa imagem que nos é próxima, da mãe que amamenta, cuida e dá colo ao filho recém-nascido. Não estamos habituados ler, num documento magisterial, estes sublinhados, esperamos sempre afirmações muito teóricas ou pelo menos mais ‘frias’.

No entanto, nestes números da Exortação Pós-Sinodal fala-se da ternura do abraço, da intimidade do toque, da importância não tanto do amor mas do amar, ou seja, não tanto de um princípio mas de uma realidade existencialmente concretizada. O amar é feito de palavras e, sobretudo, de gestos concretos. Também neste ponto o Papa é pedagógico porque valoriza o gesto antes da palavra. Os gestos do amar falam mais alto e tocam mais fundo do que as sábias doutrinas e belos poemas sobre o amor.

Este texto desafia-nos a gestos concretos nas relações mais próximas e principalmente nas nossas relações familiares. Diante da globalização da indiferença e diante das ‘correrias’ do nosso tempo, como é que cuidamos da nossa família e dos que mais amamos? Que tempo lhe dedicamos? Qual a intimidade que somos capazes de partilhar e vivenciar? Sem abraços, sem beijos, sem ternura, sem toque... desumanizamo-nos e afastamo-nos do projeto de Deus. Tornamo-nos ‘máquinas’, ‘técnicos’, ‘funcionários’... correndo o risco de sermos apenas pessoas ‘pessoas frias’, centradas em nós e preocupadas apenas com o sem ‘umbigo’.

Esta ternura que falamos tem uma origem mais profunda – a relação de Deus com cada um de nós. Antes de mais, foi Deus quem nos amou, é Ele quem toma a iniciativa (cf. 1Jo 4,10), é Ele que nos abraça, tal como o Pai abraça o filho pródigo (cf. Lc 15,20). É sempre Deus que toma a iniciativa de vir ao nosso encontro e de nos abraçar com ternura. Um abraço experimentado que nos desafia a abraçar outros. Esse abraço de Deus experimenta-se sobretudo na oração. Antes de mais, na oração pessoal, mas especialmente na oração familiar. Como vai a nossa oração familiar? Que tempo damos a Deus? Como é que vamos ‘regressando a casa do Pai’ para podermos sentir o seu abraço?

6. Ainda faz sentido falar de matrimónio cristão?

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

Claro que a pergunta é uma provocação. Mas a verdade é que na prática há muita dificuldade em apresentar coerentemente o matrimónio cristão – não apenas como ideal ou utopia, mas como realidade concreta e possível. Isto sente-se particularmente nas famílias cristãs onde os pais vêm os filhos a ‘juntarem-se’ ou a ‘conviver’ – uniões de facto e a prazo. Muitos ‘justificam-se’ dizendo: ‘hoje é assim!’, ‘todos fazem o mesmo!’.

O Papa Francisco insiste que «como cristãos, não podemos renunciar a propor o matrimónio, para não contradizer a sensibilidade atual, para estar na moda, ou por sentimentos de inferioridade face ao descalabro moral e humano; estaríamos a privar o mundo dos valores que podemos e devemos oferecer» (AL 35).

No entanto, a pergunta mais importante é: como podemos apresentar a ‘graça’ do matrimónio cristão? Cuidado que eu não disse ‘o ideal do matrimónio cristão’, nem ‘a beleza do matrimónio cristão’! Trata-se sobretudo de uma graça experimentada, partilhada e celebrada. Temos que «apresentar as razões e os motivos para se optar pelo matrimónio e a família» (AL 35).

«Ao mesmo tempo devemos ser humildes e realistas, para reconhecer que às vezes a nossa maneira de apresentar as convicções cristãs e a forma como tratamos as pessoas ajudaram a provocar aquilo de que hoje nos lamentamos, pelo que nos convém uma salutar reação de autocritica. Além disso, muitas vezes apresentámos de tal maneira o matrimónio que o seu fim unitivo, o convite a crescer no amor e o ideal de ajuda mútua ficaram ofuscados por uma ênfase quase exclusiva no dever da procriação» (AL 36). Insistimos demasiadas vezes «em questões doutrinárias, bioéticas e morais, sem motivar a abertura à graça» (AL 37),

De facto, estas razões e estes motivos não se apresentam com um CPM ou um fim de semana para casais, nem com um Power-Point, nem com uma conferência, nem com um testemunho ‘piedoso’, nem com teorias bonitas... Muitas vezes andamos por aqui! Neste sentido, diz o Papa que muitas vezes «apresentámos um ideal teológico do matrimónio demasiado abstrato, construído quase artificialmente, distante da situação concreta e das possibilidades efetivas das famílias tais como são. Esta excessiva idealização, sobretudo quando não despertámos a confiança na graça, não fez com que o matrimónio fosse mais desejável e atraente; muito pelo contrário» (AL 36).

O testemunho que toca o coração é o existencial – que não é da ordem do demonstrar mas do ‘mostrar’; não é da ordem do ideal mas do real; não é da ordem do perfeito mas do concreto; não é da ordem do ‘corre tudo bem’ mas da ordem ‘é melhor caminharmos juntos’; não é da ordem do ‘nunca falharmos’ mas da ordem de ‘na fragilidade Deus continua a santificar-nos’. O matrimónio é «um caminho dinâmico de crescimento e realização» (AL 37) um com o outro e os dois com Deus, é uma graça recebida que é preciso ‘alimentar’, reforçar e celebrar.

7. Todos nos deixamos tocar pela ‘cultura do provisório’

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

Falar da família é falar não só de cada um de nós mas da própria sociedade onde estamos inseridos. Nesse contexto, a Exortação Pós-Sinodal fala-nos da ‘cultura do provisório’. Uma cultura que nos ‘toca’ a todos e que, muitas vezes, sem percebermos ‘transportamos’ para as próprias relações afetivas.

O Papa Francisco alerta precisamente para a «rapidez com que as pessoas passam duma relação afetiva para outra. Crêem que o amor, como acontece nas redes sociais, se possa conectar ou desconectar ao gosto do consumidor e inclusive bloquear rapidamente (...). Transpõe-se para as relações afetivas o que acontece com os objetos e o meio ambiente: tudo é descartável, cada um usa e joga fora, gasta e rompe, aproveita e espreme enquanto serve; depois... adeus» (AL 39).

Eis o maior risco – usar as pessoas e amar as coisas. Muitas vezes usam-se as pessoas como se fossem objetos ao nosso dispor e em função das nossas necessidades. Ou seja, só interessam quando nos são úteis ou quando dão jeito. Daí que não pareça nada inteligente assumir compromissos permanentes – nunca se sabe o que pode acontecer! Trata-se de «relações que medem custos e benefícios e mantêm-se apenas se forem um meio para remediar a solidão, ter proteção ou receber algum serviço. O narcisismo torna as pessoas incapazes de olhar para além de si mesmas, dos seus desejos e necessidades» (AL 39).

«Mas quem usa os outros, mais cedo ou mais tarde acaba por ser usado, manipulado e abandonado com a mesma lógica. Faz impressão ver que as ruturas ocorrem, frequentemente, entre adultos já de meia-idade que buscam uma espécie de ‘autonomia’ e rejeitam o ideal de envelhecer juntos cuidando-se e apoiando-se» (AL 39).

Num texto, de que desconheço o autor, há uma frase marcante acerca do matrimónio cristão vivido como sacramento - «O que nos diria Deus se chegássemos até Ele um sem o outro?». Casar é construir uma casa em comum, caminhar lado a lado, não desistir à primeira dificuldade, suportarem-se (no sentido de ‘ser suporte’) um ao outro e os dois em Deus.

Na verdade, «as crises conjugais são enfrentadas muitas vezes de modo apressado e sem a coragem da paciência, da averiguação, do perdão recíproco, da reconciliação e até do sacrifício. Deste modo os falimentos dão origem a novas relações, novos casais, novas uniões e novos casamentos, criando situações familiares complexas e problemáticas para a opção cristã» (AL 41).

O amor não é apenas o ‘bom’ do estar com o outro, mas a cumplicidade na relação e a fidelidade no tempo. Ou seja, o que se partilha e se constrói ao longo de uma vida cheia de alegrias, dificuldades, diálogo e silêncio, dor e perdão. O amor não é uma prova de 100 metros barreiras, mas uma ultra-maratona para a vida toda.

8. Quando os jovens não têm futuro...

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

É óbvio que a afirmação está mal formulada, já que o futuro não é da ordem do ter. O futuro é o amanhã que se segue. Contudo, para muitos jovens o futuro que se segue... não traz esperança. Neste sentido, é que podemos dizer que há jovens que se vêem privados de futuro, num contexto que os ‘impede’ ou, pelo menos dificulta, o sonharem e construir uma família. De facto, como nos recorda o Papa Francisco, «nalguns países, muitos jovens são frequentemente levados a adiar o matrimónio por problemas de tipo económico, laboral ou de estudo» (AL 40).

Pensemos num estudante que termina os seus estudos, vai procurar emprego e não encontra. A desilusão que o habita e a frustração de pensar que continua ‘dependente’ dos pais. Passado alguns anos, lá encontra um trabalho. Contudo, precário e, muitas vezes, mal pago. Os anos passam, as seguranças fragilizam-se e a esperança tende a desaparecer.

Outros, não tendo emprego, continuam os estudos, tentando, muitas vezes, bolsas de investigação. Às vezes mais uma fuga (para a frente) do que uma opção. Também aqui há a ideia do provisório e da fragilidade ‘laboral’. Mas principalmente vive-se ‘dependente’ de artigos, de publicações, de ‘cunhas’ e de ‘agradar’ com medo de ser excluído...

De facto, como podem estes jovens sentirem alguma segurança para arriscar um projeto e uma família? Depois vê que alguns, passado pouco tempo, voltam ao desemprego e têm que sair do país ou da cidade, onde pensavam viver, para terem um trabalho. Um exemplo, tão próximo de muitos jovens de hoje.

A esta questão pode ligar-se à conseqüente baixa de natalidade. Ainda que não seja a única causa, não podemos negar que os ‘medos’, as ‘inseguranças’, as ‘exigências profissionais’, as ‘expectativas de vida’... condicionam em muito o desejo de ter filhos. Este ciclo reforça a ‘perda de futuro’ (cf. AL 42), ou seja, como é que podemos pensar um país sem crianças, como podemos pensar o amanhã com uma população maioritariamente idosa. Sem crianças não há emprego, não há sustentabilidade do sistema de pensões e da saúde... sem crianças não há futuro. Isto é particularmente sentido no nosso país.

É fácil criticar estes jovens que não querem casar e/ou não querem ter filhos, mas temos que reconhecer que há muita injustiça em algumas dessas críticas. Muitos dos que estão ‘instalados’ nas suas seguranças, muitos dos que ‘absorvem’ grande parte dos recursos, são os primeiros a criticar e a ‘explorar’ os jovens.

Hoje temos de nos perguntar como sociedade, em geral, e como comunidade, em particular, o que termos feito para inverter este ‘ciclo’?, como temos sido ‘ajuda’?, que propostas concretas fazemos?, o que é que estamos dispostos a ‘abdicar’ para que a sociedade seja mais justa e as oportunidades sejam mais repartidas?, como é que acompanhamos os casais jovens ou aqueles que querem casar?

9. Uma das maiores pobrezaas de hoje é a solidão

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

«Os Padres disseram que ‘uma das maiores pobrezaas da cultura atual é a solidão, fruto da ausência de Deus na vida das pessoas e da fragilidade das relações. Há também uma sensação geral de impotência face à realidade socioeconômica que, muitas vezes, acaba por esmagar as famílias. (...) Frequentemente as famílias sentem-se abandonadas pelo desinteresse e a pouca atenção das instituições’» (AL 43).

Um dos aspetos que hoje mais marca a nossa sociedade é precisamente a solidão. A solidão é diferente de ter tempo para si ou da importância de um tempo em que nos ‘afastamos’ para estarmos conosco próprios e com Deus. A solidão é sempre um ‘estar só’, um ‘sentir-se sozinho’, um ‘não ter com quem ir ter’. A solidão é sempre um ‘isolamento’ negativo e um ‘abandono’.

Quantas pessoas nas nossas comunidades estão sós? Quantas pessoas na nossa família se sentem sós? Quantas vezes nós próprios fazemos essa experiência e sentimos essa dura realidade? Quantas pessoas vivem sozinhas principalmente nas nossas cidades? Quantos celebram datas ‘especiais’ sem ninguém como o natal, a passagem de ano, o aniversário...?

Nesta solidão pensamos nos que estão sós, mas também em todos os que tendo ‘tanta gente’ à volta se sentem sós. Trata-se de uma solidão que se pode viver no meio de uma relação ou mesmo numa vocação. A solidão que existe dentro da própria família, a solidão que há no casal ou até a solidão de tantos sacerdotes.

O Papa, com os padres sinodais, diz que esta solidão tem duas ‘origens’: por um lado, a ‘ausência de Deus na vida das pessoas’ e, por outro, a ‘fragilidade das relações’. De facto, quando colocamos Deus na nossa vida a ‘solidão’ é reconfigurada e, muitas vezes, pode ser ‘transformada’ numa oportunidade para uma leitura espiritual, ou para um encontro mais pessoal comigo mesmo, ou para um tempo de oração, ou um desafio para ir ao encontro dos que estão mais ‘esquecidos’.

Quando trazemos Deus para ‘dentro’ dessa realidade a solidão reconfigura-se. Também Jesus ‘gritou’ na cruz, usando as palavras do Sl 22, «Meu Deus, Meu Deus porque me abandonaste?». Mas também como Jesus somos desafiados a passar do grito de ‘abandono’ do Pai ao grito do ‘abandonar-se’ ao Pai. Por outras palavras, somos desafiados a passar do «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?» (Mt 27,46b) ao «Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito» (Lc 23,46b).

Por último, perguntemo-nos como é que enquanto sociedade e, principalmente, enquanto Igreja temos acompanhado os que estão sós. Que interesse temos manifestado pelas pessoas ‘abandonadas’? Que iniciativas temos realizado ou podemos realizar para ‘diminuir’ e ‘transformar’ a solidão? Como podemos celebrar na comunidade esta passagem do ‘abandono’ ao ‘abandonar-se’?

10. Mobilidade entre o ‘drama’ e o ‘desafio’

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

Nos tempos atuais a mobilidade revela-se como uma das características mais determinantes das sociedades. Neste processo exige-se que se enfrente e se compreenda também as respetivas consequências para as comunidades e para as famílias (cf. AL 46). Temos que assumir uma permanente tensão, já que a mobilidade, que é uma grande oportunidade, transporta consigo vários sofrimentos e dramas.

Diz o Papa: «A mobilidade humana (...) pode revelar-se uma verdadeira riqueza tanto para a família que emigra como para o país que a recebe. Caso diferente é a migração forçada das famílias, em consequência de situações de guerra, perseguição, pobreza, injustiça, marcada pelas vicissitudes duma viagem que, muitas vezes, põe em perigo a vida, traumatiza as pessoas e destabiliza as famílias» (AL 46).

«As migrações revelam-se particularmente dramáticas e devastadoras tanto para as famílias como para as pessoas, quando têm lugar à margem da legalidade e são sustentadas por circuitos internacionais do tráfico de pessoas. O mesmo se pode dizer quando envolvem mulheres ou crianças não acompanhadas, forçadas a estadias prolongadas nos locais de passagem entre um país e outro, nos campos de refugiados, onde não é possível iniciar um percurso de integração. A pobreza extrema e outras situações de desintegração induzem, por vezes, as famílias até mesmo a vender os próprios filhos para a prostituição ou o tráfico de órgãos» (AL 46).

Este é hoje um dos maiores desafios e problemas da humanidade. Um dos dramas que está a ‘alterar’ a fisionomia da Europa, de Portugal e mesmo da nossa cidade. Quantos estrangeiros estão entre nós, nas cidades e nas aldeias? Quantos estudantes de outras ‘nacionalidades’ vivem na nossa cidade? Quantos nos visitam?

Podemos também pensar na ‘pequena mobilidade’ dentro de uma comunidade ou entre paróquias da mesma cidade. Hoje muitas pessoas ‘percorrem’ vários espaços e diferentes lugares – como são acolhidos? Como é que a nossa comunidade está preparada para a mobilidade? Como é que celebramos com quem ‘chega’ de fora? Como é que no nosso bairro ou na nossa rua ‘recebemos’ os ‘novos moradores’?

Ao contrário do que muitas vezes pensamos a paróquia é essencialmente ‘uma casa de peregrinos’. A palavra *paróquia* vem do grego *para* (advérbio - junto de) mais *oikía* (substantivo - habitação). Por isso, significa ‘habitar junto de’. Habitar junto, perto mas não dentro e, nesse sentido, significa ‘habitação provisória’(cf. Raniero Cantalamessa). Um paroquiano é um peregrino que continua a ser estrangeiro porque a sua verdadeira cidadania está nos Céus, onde já ninguém é «estrangeiro nem peregrino», mas todos «membros da casa de Deus» (Ef. 2, 19).

11. Integração e acolhimento do deficiente e do idoso

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

Um grande desafio que se coloca às famílias de hoje passa precisamente por acolher e integrar os idosos e os deficientes. Ainda que por razões diferentes, muitas vezes as famílias sentem o peso e a dificuldade de ter espaço e tempo para com estas pessoas. Para além desse peso muitas famílias sentem pouco apoio espiritual. No entanto, talvez possamos reconhecer que a Igreja faz um excelente trabalho e tem uma imensa rede de apoio.

O Papa diz que «merecem grande admiração as famílias que aceitam, com amor, a prova difícil dum filho deficiente. Dão à Igreja e à sociedade um valioso testemunho de fidelidade ao dom da vida. A família poderá descobrir, juntamente com a comunidade cristã, novos gestos e linguagens, formas de compreensão e identidade, no percurso de acolhimento e cuidado do mistério da fragilidade» (AL 47).

É interessante pensar que apoio e que sensibilidade existe nas nossas comunidades para com alguém que seja deficiente. Felizmente são muitos os casos de integração e de acolhimento. Mas precisamos de continuar atentos sobretudo ao acompanhamento espiritual destas pessoas mais ‘frágeis’ e mais ‘esquecidas’.

Por outro lado, muitas das nossas famílias sentem dificuldade em lidar com os seus idosos. De facto, «nas sociedades altamente industrializadas, onde o seu número tende a aumentar enquanto diminui a taxa de natalidade, os idosos correm o risco de ser vistos como um peso. Por outro lado, os cuidados que requerem muitas vezes põem a dura prova os seus entes queridos» (AL 48).

Mas felizmente que «A maioria das famílias respeita os idosos, rodeia-os de carinho e considera-os uma bênção. (...) Muitas famílias ensinam-nos que é possível enfrentar os últimos anos da vida, valorizando o sentido de realização e integração de toda a existência no mistério pascal» (AL 48).

Neste ponto, é do conhecimento de todos que «um grande número de idosos é acolhido em estruturas da Igreja, onde podem viver num ambiente sereno e familiar a nível material e espiritual. A eutanásia e o suicídio assistido são graves ameaças para as famílias, em todo o mundo. A sua prática é legal em muitos Estados. A Igreja, ao mesmo tempo que se opõe firmemente a tais práticas, sente o dever de ajudar as famílias que cuidam dos seus membros idosos e doentes» (AL 48).

Os pedidos de eutanásia e de suicídio assistido estão muito relacionados, por um lado, com a falta de ‘sentido de vida’ onde já não se ama ou se é amado, por outro lado, com uma ‘filosofia de vida’ onde não se quer ser ‘peso’ ou onde não se quer perder a ‘imagem’ ou as ‘capacidades’. Neste ponto, o testemunho do Papa João Paulo II, que mostrou-se a ‘morrer’ e a ‘perder as faculdades’ foi uma inquietante provocação. Deus também fala na fragilidade e na dependência, na doença e no sofrimento.

12. Das teorias de género à complementaridade das diferenças

[Capítulo II – A realidade e os desafios das famílias” (31-57)]

Um outro grande desafio que se coloca às famílias de hoje tem a ver com as «várias formas duma ideologia genericamente chamada *gender*, que ‘nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo, e esvazia a base antropológica da família’» (AL 56). Trata-se de um conjunto de iniciativas ‘disfarçadas’ de boa intenções, de direitos humanos, de respeito e de tolerância. Os valores que se defendem podem ser bons mas os objetivos ‘escondidos’ e as consequências alcançadas é que são de criticar.

Como alerta o Papa «‘Esta ideologia leva a projetos educativos e diretrizes legislativas que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afetiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo’. Preocupa o facto de algumas ideologias deste tipo, que pretendem dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis, procurarem impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças» (AL 56).

Não deixa de ser interessante que quem defenda a tolerância, o respeito pelas minorias, o desejo de uma sociedade plural e dialogante, num contexto de conquista pela liberdade, sejam os mesmos que procurem impor as suas convicções como pensamento único. Veja-se muito da problemática dos manuais escolares e da ‘disciplina’ de educação sexual nas escolas.

Na verdade, «É preciso não esquecer que ‘sexo biológico’ (*sex*) e ‘função sociocultural do sexo’ (*gender*) podem-se distinguir, mas não separar» (AL 56). Deus criou-nos homens e mulheres, criou-nos com diferenças. No entanto, as diferenças não são desigualdades mas apenas oportunidades para complementaridade, para enriquecimento e para crescimento. Neste sentido a educação não deve ser para ‘anular’ as diferenças, nem para diminuir o seu papel na construção da sociedade e da família, mas ‘eliminar’ as desigualdades e injustiças.

Associando a esta problemática, o documento pós-sinodal refere que «a revolução biotecnológica no campo da procriação humana introduziu a possibilidade de manipular o ato generativo, tornando-o independente da relação sexual entre homem e mulher. (...) Uma coisa é compreender a fragilidade humana ou a complexidade da vida, e outra é aceitar ideologias que pretendem dividir em dois os aspetos inseparáveis da realidade. Não caímos no pecado de pretender substituir-nos ao Criador. (...) A criação precede-nos e deve ser recebida como um dom» (AL 56).

Retomamos o tema de criados à imagem e semelhança de Deus. Retomamos a vida vista sempre à luz da relação e do amor criador. A vida não pode ser manipulável, nem instrumentalizada, nem ‘fabricada’. A vida não pode ser exclusivamente determinada pela sociedade onde se insere, nem pelo contexto cultural onde vive. A vida é um grande mistério que temos de aprender a acolher e a celebrar.

13. A família como uma vocação querida por Deus

[Capítulo III – O olhar fixo em Jesus: a vocação da família (58-88)]

A palavra «vocação» tem muito a ver com a palavra «voz». Trata-se de uma palavra que vem do latim «vocare» - que quer dizer «chamar» (cf. Vasco Pinto de Magalhães, *Vocação e vocações pessoais*, Braga 1992, 13). Deste modo, a vocação tem a ver com uma vida que é resposta ao sentido mais profundo da existência. De facto, «onde nasce uma vida aí nasce uma vocação». Qual é a minha vocação? Como é que a vivo?

Mas que voz é esta? Será só a minha consciência ou as minhas intuições? Para nós que somos crentes esta voz é a voz de Deus. Uma voz que só se aprende a ouvir no diálogo com Ele. Assim, toda e qualquer vocação é sempre uma resposta à voz de Deus. É um dinamismo permanente de resposta existencial a um sentido querido por Deus.

A família é uma dessas respostas, é uma concretização deste chamamento interior, é um modo de responder à missão que Deus dá a todos. A vocação familiar não sendo a única vocação é uma vocação especial. Uma vocação querida por Deus e foi no meio dessa vocação familiar que Deus quis incarnar.

Em José e Maria vemos a realização desta vocação. Mas também podemos ver o quanto esta família é ‘berço’ de vocação. Pensemos como ajudaram Jesus a encontrar a sua vocação. De facto, foi nesta família que Jesus aprendeu a ser filho e sobretudo aprendeu a escutar a voz de Deus – a quem tratou por ‘pai querido’ (abba).

Nesta família vemos a fidelidade de cada um à sua vocação: José dá crédito ao sonho de Deus e é um pai sempre presente, Maria acolhe o grande mistério da presença do Espírito Santo e assume a maternidade, Jesus cresce numa família e é como filho que vai descobrindo a sua vocação. Cada um revela o mistério do outro e cada um reforça a vocação do outro. Esta família torna-se sacramento (sinal) da vocação familiar. Naquela vida - que Jesus é - nasce uma vocação que José e Maria sabem cuidar.

Agora podemos compreender melhor as palavras do Papa: «O matrimónio é um ‘dom’ do Senhor (cf. 1 Cor 7, 7)». Ao mesmo tempo que se dá esta avaliação positiva, acentua-se fortemente a obrigação de cuidar deste dom divino: «Seja o matrimónio honrado por todos e imaculado o leito conjugal’ (Heb 13, 4). Este dom de Deus inclui a sexualidade: ‘Não vos recuseis um ao outro’ (1Cor 7, 5)» (AL 61).

Como é que cada uma das nossas famílias pode descobrir a sua vocação à luz da sagrada família? Como é que podemos ajudar as famílias da nossa comunidade a viverem melhor a sua vocação? Como cuidamos da vocação uns dos outros?

14. O matrimónio como um sacramento especial

[Capítulo III – O olhar fixo em Jesus: a vocação da família (58-88)]

Todos sabemos que o matrimónio é um sacramento. Mas o que é que isso significa e, sobretudo, que consequências é que pode ter para as nossas famílias e para as nossas comunidades? Que sentido faz retomar a dimensão sacramental do matrimónio?

O concílio de Trento fala dos sacramentos como: ‘forma visível da graça invisível’ (Cf. sessão XIII, decreto sobre a santíssima eucaristia, cap III, in DS 1639). De facto, os sacramentos foram compreendidos ao longo da história da Igreja como sinais externos de uma graça invisível. Nos últimos anos esta ‘definição’ tornou-se ainda mais rica. Hoje falamos dos sacramentos como ‘sinais eficazes de graça, instituídos por Cristo e confiados à Igreja’ (cf. CIC 1131 e 1116).

Trata-se, por isso, de um ‘sinal eficaz da graça’ – uma ação do espírito que transforma a vida e dá mais sentido a cada acontecimento. Ou melhor não só dá mais sentido como dá o sentido profundo. Os sacramentos são instituídos, direta ou indiretamente, por Jesus Cristo e foram confiados à Igreja.

O Papa recorda-nos que «Jesus, que tudo reconciliou em Si mesmo e redimiu o homem do pecado, não só voltou a levar o matrimónio e a família à sua forma original, mas também elevou o matrimónio a sinal sacramental do seu amor pela Igreja (cf. *Mt* 19, 1-12; *Mc* 10, 1-12; *Ef* 5, 21-32). Na família humana, reunida em Cristo, é restaurada a ‘imagem e semelhança’ da Santíssima Trindade (cf. *Gn* 1, 26), mistério donde brota todo o amor verdadeiro. O matrimónio e a família recebem de Cristo, através da Igreja, a graça para testemunhar o Evangelho do amor de Deus» (AL 71).

Neste sentido, o «sacramento do matrimónio não é uma convenção social, um rito vazio ou o mero sinal externo dum compromisso. O sacramento é um dom para a santificação e a salvação dos esposos, porque ‘a sua pertença recíproca é a representação real, através do sinal sacramental, da mesma relação de Cristo com a Igreja’» (AL 72).

De facto, o «sacramento não é uma ‘coisa’ nem uma ‘força’, mas o próprio Cristo, na realidade, ‘vem ao encontro dos esposos cristãos com o sacramento do matrimónio. Fica com eles, dá-lhes a coragem de O seguirem, tomando sobre si a sua cruz, de se levantarem depois das quedas, de se perdoarem mutuamente, de levarem o fardo um do outro’» (AL 73).

15. Libertar a sexualidade da sua ambiguidade

[Capítulo III – O olhar fixo em Jesus: a vocação da família (58-88)]

Sobre a sexualidade há sempre muito pudor e muito tabu. Sobretudo, um ‘pudor’ de falar seriamente sobre um assunto tão delicado. Hoje muitos destes assuntos são tratados por ‘meias palavras’, ou de modo superficial e banal ou então de modo preconceituoso.

A sexualidade não só é querida por Deus como é um dom. Não é um extra nem um apêndice, nem um anexo. A sexualidade constitui-nos e diz-nos. Somos pessoas em relação e a sexualidade revela a beleza e a fragilidade das relações.

No matrimónio, ‘a união sexual, vivida de modo humano e santificada pelo sacramento é caminho de crescimento na vida da graça para os esposos’ (cf. AL 74). «O valor da união dos corpos está expresso nas palavras do consentimento, pelas quais se acolheram e doaram reciprocamente para partilhar a vida toda. Estas palavras conferem um significado à sexualidade, libertando-a de qualquer ambiguidade» (AL 74).

De facto, no consentimento cada um diz ao outro: ‘Recebo-te... a ti... e prometo ser-te fiel, amar-te e respeitar-te, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida’. Uma entrega e um acolher que dá dignidade, verdade e autenticidade à própria dimensão sexual, libertando-a de desejos egoístas, de sentimentos de posse e de atitudes que significam ‘usar’ o outro. O amor conjugal é bênção e graça, é humano e divino, é sacramento e alimento da relação e da vocação familiar.

Efetivamente, «toda a vida em comum dos esposos, toda a rede de relações que hão de tecer entre si, com os seus filhos e com o mundo, estará impregnada e robustecida pela graça do sacramento que brota do mistério da Encarnação e da Páscoa, onde Deus exprimiu todo o seu amor pela humanidade e Se uniu intimamente com ela. Os esposos nunca estarão sós, com as suas próprias forças, a enfrentar os desafios que surgem» (AL 74).

Neste sentido, importa reforçar que «No sacramento do matrimónio, segundo a tradição latina da Igreja, os ministros são o homem e a mulher que se casam, os quais, ao manifestar o seu consentimento e expressá-lo na sua entrega corpórea, recebem um grande dom. O seu consentimento e a união dos seus corpos são os instrumentos da ação divina que os torna uma só carne» (AL 75).

16. A vida que surge do amor conjugal

[Capítulo III – O olhar fixo em Jesus: a vocação da família (58-88)]

Já Paulo VI nos recordava que o matrimónio «se funda na conexão inseparável, que Deus quis e que o homem não pode quebrar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriativo» (*Humanae vitae*, 1968, 12; cf. *Familiaris consortio*, 1981, 32; cf. CDC 1055 §1).

O primeiro aspeto que temos de sublinhar tem a ver com os dois fins do matrimónio: unitivo e procriativo. Ou seja, o amor conjugal no matrimónio tem no seu ADN essas duas dimensões: por um lado, reforça a comunhão entre o casal e, por outro, abre a relação à vida. Uma relação conscientemente fechada à vida é uma relação que empobrece a grandeza do amor e acaba por ‘secar’ por causa do egoísmo.

O segundo aspeto que devemos sublinhar é que essas duas dimensões têm uma conexão inseparável. Aqui sublinha-se não apenas as duas dimensões mas, sobretudo, a ‘conexão inseparável’ entre ambas. Isto é, a relação não é um ato fechado, mas é um amor que está disponível para acolher a vida. Não de qualquer maneira ou de forma irresponsável mas de forma ‘planeada’ e responsável a partir da comunhão entre o casal.

Daí que seja interessante sublinhar, em terceiro lugar, a ordem dos ‘fins’: primeiro a dimensão unitiva e depois a procriativa. Não é a dimensão procriativa que nos abre à unitiva mas a dimensão unitiva que nos abre à procriativa.

Neste sentido, percebemos melhor as palavras do Papa Francisco: «O matrimónio é, em primeiro lugar, uma ‘íntima comunidade da vida e do amor conjugal’, que constitui um bem para os próprios esposos; e a sexualidade ‘ordena-se para o amor conjugal do homem e da mulher’. (...) Contudo, esta união está ordenada para a geração ‘por sua própria natureza’. O bebé que chega ‘não vem de fora juntar-se ao amor mútuo dos esposos; surge no próprio coração deste dom mútuo, do qual é fruto e complemento’. Não aparece como o final dum processo, mas está presente desde o início do amor como uma característica essencial que não pode ser negada sem mutilar o próprio amor. Desde o início, o amor rejeita qualquer impulso para se fechar em si mesmo, e abre-se a uma fecundidade que o prolonga para além da sua própria existência. Assim nenhum ato sexual dos esposos pode negar este significado, embora, por várias razões, nem sempre possa efetivamente gerar uma nova vida» (AL 80).

17. A família como uma Igreja doméstica

[Capítulo III – O olhar fixo em Jesus: a vocação da família (58-88)]

A imagem da família como Igreja doméstica ‘surge’ no Vaticano II, na *Lumen Gentium* 11: «os cônjuges cristãos, em virtude do sacramento do Matrimónio, com que significam e participam o mistério da unidade do amor fecundo entre Cristo e a Igreja (cfr. Ef. 5,32), auxiliam-se mutuamente para a santidade, pela vida conjugal e pela procriação e educação dos filhos (...). Desta união origina-se a família, na qual nascem novos cidadãos da sociedade humana os quais, para perpetuar o Povo de Deus através dos tempos (...). Na família, como numa igreja doméstica, devem os pais, pela palavra e pelo exemplo, ser para os filhos os primeiros arautos da fé e favorecer a vocação própria de cada um, especialmente a vocação sagrada».

Com efeito, reafirma o Papa Francisco, na «família, ‘como numa igreja doméstica’, amadurece a primeira experiência eclesial da comunhão entre as pessoas, na qual, por graça, se reflete o mistério da Santíssima Trindade. ‘É aqui que se aprende a tenacidade e a alegria no trabalho, o amor fraterno, o perdão generoso e sempre renovado, e sobretudo o culto divino, pela oração e pelo oferecimento da própria vida’ (CIC 1657)» (AL 86).

Devemos aqui recordar que os primeiros cristãos (sobretudo antes da liberdade religiosa concedida por Constantino, no Édito de Milão, em 313) reuniam-se nas casas particulares. A comunidade ou a assembleia (ecclesia) reunia-se na casa (domus) de um discípulo, daí que se fale frequentemente da ‘Igreja doméstica’ (domus ecclesia). No Novo Testamento encontramos alguns testemunhos: «Saudai os da casa de Narciso, que pertencem ao Senhor» (Rm 16,11b); «E, depois de refletir, dirigiu-se a casa de Maria, mãe de João, de sobrenome Marcos, onde numerosos fiéis estavam reunidos a orar» (At 12,12).

Hoje nós podemos dizer que «A Igreja é família de famílias, constantemente enriquecida pela vida de todas as igrejas domésticas. Assim, ‘em virtude do sacramento do matrimónio, cada família torna-se, para todos os efeitos, um bem para a Igreja. Nesta perspectiva, será certamente um dom precioso, para o momento atual da Igreja, considerar também a reciprocidade entre família e Igreja: a Igreja é um bem para a família, a família é um bem para a Igreja. A salvaguarda deste dom sacramental do Senhor compete não só à família individual, mas a toda a comunidade cristã’» (AL 87).

18. A ‘qualidade’ do amor cristão

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

Entramos num novo capítulo, onde iremos refletir sobre o Amor no matrimónio. «De facto, a graça do sacramento do matrimónio destina-se, antes de mais nada, ‘a aperfeiçoar o amor dos cônjuges’ (CIC 1641). (...) Mas a palavra “amor”, uma das mais usadas, muitas vezes aparece desfigurada (Bento XVI, DCE 2)» (AL 89).

A grande questão é: de que amor falamos quando falamos de amor cristão e, sobretudo, de amor conjugal. Falamos de um sentimento? Falamos de um ‘gostar muito’? Falamos de amizade? Falamos de simpatia? Falamos de compaixão?

O grande problema hoje é que a palavra amor parece gasta e principalmente usada de forma pouco comprometida. O amor aparece muitas vezes ‘desfigurado’: pela violência (física e psicológica); pela posse do outro; pelo controle do outro; pela pornografia e pelo cinema; pela liberdade do ‘experimentar tudo’ o que me apetece. Não deixa de impressionar particularmente o número elevado de vítimas da violência doméstica e da violência no namoro.

Por isso, a Exortação Pós-Sinodal diz-nos que: «No chamado hino à caridade escrito por São Paulo, vemos algumas características do amor verdadeiro: ‘O amor é paciente, o amor é prestável; não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso, nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita, nem guarda ressentimento, não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta’ (1Cor 13, 4-7)» (AL 90).

Este texto paulino podia ser a oração diária de casal ou de família. Trata-se não apenas de um texto para refletir e aprofundar mas essencialmente de um texto para rezar, para sabermos de ‘cor’ (= coração), para trazermos no coração.

Este amor «pratica-se e cultiva-se na vida que os esposos partilham dia-a-dia entre si e com os seus filhos» (AL 90). Não é um amor teórico mas um amor quotidiano; não é um amor impossível, mas um amor cristão; não é um amor tipo ‘gosto muito’, mas um amor de ‘compromisso’; não é um amor de superfície, mas um amor de águas profundas; não é um amor de verão, mas um amor de quatro estações. Trata-se de um amor para ‘todas as circunstâncias e todos os dias da nossa vida’.

Talvez por isso mesmo faça sentido, nos próximos encontros, à imagem do que acontece na *Amoris Laetitia*, «esclarecer o significado das expressões deste texto, tendo em vista uma aplicação à existência concreta de cada família» (AL 90).

19. O Amor é paciente

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

O amor cristão não é um amor qualquer é um amor profundo. O apóstolo Paulo começa por dizer que o amor é paciente. Ou seja, não é um amor impulsivo, sobressaltado, perturbado, inquieto, nervoso ou frenético.

A palavra que está no texto bíblico é *macrothymei* (1Cor 13,4a) que significa ‘ser paciente’ ou ‘ser tolerante’ com alguém. Na raiz da palavra está um *macros* que tem a ver com ‘longo’, ‘alto’, ‘distante’. Daí que possamos dizer que um amor paciente é um amor que sabe ver ao longe, que tem um horizonte largo, que não se precipita nem toma decisões a quente.

O sentido desta palavra «encontra-se na tradução grega do texto do Antigo Testamento onde se diz que Deus é ‘lento para a ira’ (*Nm* 14, 18; cf. *Ex* 34, 6). Uma pessoa mostra-se paciente, quando não se deixa levar pelos impulsos interiores e evita agredir» (AL 91).

É interessante entrar depois na imagem, sugerida pelo Papa, quando afirma que «a paciência é uma qualidade do Deus da Aliança, que convida a imitá-Lo também na vida familiar. (...) A paciência de Deus é exercício da misericórdia de Deus para com o pecador» (AL 91). Deus tem paciência com cada um de nós, não tem pressas, sabe esperar o tempo ‘certo’ – quando é misericordioso é que revela o seu imenso poder.

No entanto, é preciso ficar claro que «ter paciência não é deixar que nos maltratem permanentemente, nem tolerar agressões físicas, ou permitir que nos tratem como objetos» (AL 92). Não podemos deixar de nos preocuparmos com a violência que há nas relações, na intimidade da família e no namoro. Ter paciência não é tolerar tudo ou aceitar tudo. É o amor que é paciente. Tolerar tudo não é um sinal de amor nem de aceitação... Tolerar tudo é dar espaço à falta de respeito, ao abuso e à agressão.

Claro que muitas vezes ‘acreditamos’ que as pessoas são perfeitas, que nunca vai haver problemas, que conosco vai ser diferente... O amor precisa de ser cúmplice e trabalhado mas também precisa de ser realista, consciente das fragilidades e dos limites que todos temos.

«Se não cultivarmos a paciência, sempre acharemos desculpas para responder com ira, acabando por nos tornarmos pessoas que não sabem conviver, anti-sociais incapazes de dominar os impulsos, e a família tornar-se-á um campo de batalha. (...) Esta paciência reforça-se quando reconheço que o outro, assim como é, também tem direito a viver comigo nesta terra» (AL 92).

20. O Amor é prestável

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

O amor cristão é bondoso. A palavra que aparece no texto bíblico é *chrestéuetai* (1Cor 13,4b) – a única vez que aparece em toda a Bíblia – e deriva de *chrestós* que quer dizer: pessoa boa, pessoa que revela a sua bondade nas ações, uma pessoa agradável, uma pessoa generosa (cf. AL 93).

«Deste modo Paulo pretende esclarecer que a ‘paciência’ [a palavra que aparecia antes] (...) não é uma postura totalmente passiva, mas há de ser acompanhada por uma atividade, uma reação dinâmica e criativa perante os outros. Indica que o amor beneficia e promove os outros. Por isso, traduz-se como ‘prestável’» (AL 93). Muitas vezes, o amor parece que fica muito na teoria, parece um verbo muito poético que tem dificuldade em ser conjugado no quotidiano.

O Papa refere que «no conjunto do texto, vê-se que Paulo quer insistir que o amor não é apenas um sentimento, mas deve ser entendido no sentido que o verbo ‘amar’ tem em hebraico: ‘fazer o bem’. Como dizia Santo Inácio de Loyola, ‘o amor deve ser colocado mais nas obras do que nas palavras’. Assim poderá mostrar toda a sua fecundidade, permitindo-nos experimentar felicidade de dar, a nobreza e grandeza de doar-se superabundantemente, sem calcular nem reclamar pagamento, mas apenas pelo prazer de dar e servir» (AL 94).

O amor é amor quando se torna prestável, quando se torna ‘serviço’ e entrega, quando faz o bem. Por outras palavras, não é um amor ‘preguiçoso’ ou ‘resmungão’, não é um amor ‘vão’ nem ‘oco’; não está a medir o que se faz para reclamar direitos e obrigações. Um amor prestável é um amor generoso.

Também aqui importa recordar, por tudo isto, a diferença entre dizer ‘amor’ e ‘amar’. ‘Amor’ parece distante e abstrato, ‘amar’ parece que exige ação e concretização. Contudo, de nada servem as palavras se elas não forem iluminadas pelas ações concretas.

É muito interessante analisar o ‘estilo’ do Papa Francisco: não é tanto um homem de muitas palavras mas é um homem de gestos concretos, de atitudes marcantes de aproximação dos mais ‘ignorados’ – os das periferias. As palavras dele fazem muito eco porque ele as ilustra com gestos muito concretos: visita os mais pobres, come com os presos, lava os pés aos refugiados, abraça os doentes, cumprimenta todas as pessoas...

21. O Amor não é invejoso

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

Continuando a refletir sobre as características do amor cristão, Paulo diz-nos que o amor não é invejoso. A palavra que aparece é *zeloi* que significa ‘zelo’, ‘ardor’ e ‘inveja’ (cf. AL 95). Aqui significa ‘ter inveja’.

Segundo o Papa «a inveja é uma tristeza pelo bem alheio, demonstrando que não nos interessa a felicidade dos outros, porque estamos concentrados exclusivamente no nosso bem-estar. Enquanto o amor nos faz sair de nós mesmos, a inveja leva a centrar-nos em nós próprios» (AL 95).

«O verdadeiro amor aprecia os sucessos alheios, não os sente como uma ameaça, libertando-se do sabor amargo da inveja. Aceita que cada um tenha dons distintos e caminhos diferentes na vida; e, conseqüentemente, procura descobrir o seu próprio caminho para ser feliz, deixando que os outros encontrem o deles» (AL 95).

Infelizmente todos nós conhecemos pessoa ou também já tivemos a tentação de ficar felizes com a desgraça de alguém. O querer ser melhores faz-nos sentir inveja. Uma inveja que às vezes nos destrói e que nos faz viver sempre em ‘comparação’. De tal modo que nunca vivemos a nossa vida.

A comparação e o desejo de querer ser como o outro é uma das piores tentações e uma das formas mais desumanas de crescer. Muitos pais educam por comparação quando dizem ‘tu não és como...’, ‘vê o teu irmão que é capaz de fazer... isto e tu não’... Os argumentos dos filhos também são interessantes quando dizem: ‘toda a gente faz’... ou ‘toda a gente tem’...

O amor não vive de comparações. «O amor leva-nos a uma apreciação sincera de cada ser humano, reconhecendo o seu direito à felicidade. Amo aquela pessoa, vejo-a com o olhar de Deus Pai, que nos dá tudo ‘para nosso usufruto’ (*1Tim 6, 17*), e conseqüentemente aceito, no meu íntimo, que ela possa usufruir dum momento bom» (AL 96).

«Entretanto esta mesma raiz do amor leva-me a rejeitar a injustiça de alguns terem muito e outros não terem nada, ou induz-me a procurar que os próprios descartáveis da sociedade possam viver um pouco de alegria. Mas isto não é inveja; são anseios de equidade» (AL 96).

22. O Amor não é arrogante nem vive do orgulho

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

De facto, o amor cristão não é arrogante nem vive do orgulho. O amor cristão não é auto-centrado nem egocêntrico. O amor cristão não passa todas as horas ao espelho a ‘arranjar-se’. Neste mesmo sentido, Paulo usa a palavra: «*perpereuetai* (περπερεύεται), que indica vanglória, desejo de se mostrar superior para impressionar os outros com atitude pedante e um pouco agressiva. Quem ama não só evita falar muito de si mesmo, mas, porque está centrado nos outros, sabe manter-se no seu lugar sem pretender estar no centro» (AL 97). Segundo o dicionário trata-se de ‘encher-se de orgulho’, ‘gloriar-se’ e ‘vangloriar-se’ (cf. C. RUSCONI, *DGNT*, 372)

Em seguida, explicitando ainda mais o sentido, usa uma outra palavra muito semelhante: «*physioutai* (φυσιοῦται) (...), indicando que o amor não é arrogante. Literalmente afirma que não se ‘engrandece’ diante dos outros; mas indica algo de mais subtil. Não se trata apenas duma obsessão por mostrar as próprias qualidades; é pior: perde-se o sentido da realidade, a pessoa considera-se maior do que é, porque se crê mais ‘espiritual’ ou ‘sábua’. Paulo usa este verbo noutras ocasiões, para dizer, por exemplo, que ‘a ciência incha’, ao passo que ‘a caridade edifica’ (*ICor* 8, 1)» (AL 97).

De facto, «alguns julgam-se grandes, porque sabem mais do que os outros, dedicando-se a impor-lhes exigências e a controlá-los; quando, na realidade, o que nos faz grandes é o amor que compreende, cuida, integra, está atento aos fracos» (AL 97).

«É importante que os cristãos vivam isto no seu modo de tratar os familiares pouco formados na fé, frágeis ou menos firmes nas suas convicções. Às vezes, dá-se o contrário: as pessoas que, no seio da família, se consideram mais desenvolvidas, tornam-se arrogantes insuportáveis. A atitude de humildade aparece aqui como algo que faz parte do amor, porque, para poder compreender, desculpar ou servir os outros de coração, é indispensável curar o orgulho e cultivar a humildade» (AL 98).

«A lógica do amor cristão não é a de quem se considera superior aos outros e precisa de fazer-lhes sentir o seu poder, mas a de ‘quem no meio de vós quiser ser o primeiro, seja vosso servo’ (*Mt* 20, 27). Na vida familiar, não pode reinar a lógica do domínio de uns sobre os outros, nem a competição para ver quem é mais inteligente ou poderoso, porque esta lógica acaba com o amor» (AL 98).

23. O Amor é amável e, por isso, não é inconveniente

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

Nesta descrição paulina do amor cristão sublinha-se que o amor não é rude mas amável. O Papa sublinha essa dimensão do texto bíblico quando afirma que: «Amar é também tornar-se amável, e nisto está o sentido do termo *asjemonéi* (ἀρχημονεῖ). Significa que o amor não age rudemente, não atua de forma inconveniente, não se mostra duro no trato. Os seus modos, as suas palavras, os seus gestos são agradáveis; não são ásperos, nem rígidos. Detesta fazer sofrer os outros» (AL 99).

Às vezes numa relação cuida-se do suposto ‘essencial’ mas nos pormenores falha quase tudo, ou seja, na ‘sensibilidade’, no ‘tom de voz’, na ‘delicadeza’, na ‘simpatia’, no ‘humor’... Há pessoas que são ‘duras’, ‘frias’, ‘picuinhas’, ‘rígidos’... que fecham o coração do outro e destroem a alegria da relação... faltam os pormenores. Muitas vezes é precisamente nos pormenores que está toda a diferença.

Para «um verdadeiro encontro com o outro, requer-se um olhar amável pousado nele. Isto não é possível quando reina um pessimismo que põe em evidência os defeitos e erros alheios, talvez para compensar os próprios complexos. Um olhar amável faz com que nos detenhamos menos nos limites do outro, podendo assim tolerá-lo e unirmo-nos num projeto comum, apesar de sermos diferentes. O amor amável gera vínculos, cultiva laços, cria novas redes de integração, constrói um tecido social firme» (AL 100).

«Uma pessoa anti-social julga que os outros existem para satisfazer as suas necessidades e, quando o fazem, cumprem apenas o seu dever. Neste caso, não haveria espaço para a amabilidade do amor e a sua linguagem» (AL 100). Infelizmente todos nós conhecemos casos, ou experimentamos ‘isso’ dentro da nossa casa, de pessoas que estão sempre a ‘deitar a baixo’, a valorizar os ‘aspectos negativos’, e dizer ‘cuidado’, ‘não vais ser capaz’, ‘não gosto de ti’, ‘és um falhado’...

«A pessoa que ama é capaz de dizer palavras de incentivo, que reconfortam, fortalecem, consolam, estimulam. Vejamos, por exemplo, algumas palavras que Jesus dizia às pessoas: ‘Filho, tem confiança!’ (Mt 9, 2). ‘Grande é a tua fé!’ (Mt 15, 28). ‘Levanta-te!’ (Mc 5, 41). ‘Vai em paz’ (Lc 7, 50). ‘Não temais!’ (Mt 14, 27). Não são palavras que humilham, angustiam, irritam, desprezam. Na família, é preciso aprender esta linguagem amável de Jesus» (AL 100).

24. O Amor não procura o próprio interesse

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

Eis um dos maiores problemas das relações – procurar o próprio interesse. O Amor não está ‘auto-centrado’ nem olha para o ‘umbigo’ como se fosse o centro do mundo. O Papa recorda-nos, a este propósito, que muitas vezes se diz: ‘para amar os outros, é preciso primeiro amar-se a si mesmo’. Contudo, este hino à caridade afirma que o amor ‘não procura o seu próprio interesse’, ou ‘não procura o que é seu’ (cf. AL 101).

«Esta expressão aparece ainda noutra texto: ‘Não tenha cada um em vista os próprios interesses, mas todos e cada um exatamente os interesses dos outros’ (Flp 2, 4). Perante uma afirmação assim clara da Sagrada Escritura, deve-se evitar de dar prioridade ao amor a si mesmo, como se fosse mais nobre do que o dom de si aos outros. Uma certa prioridade do amor a si mesmo só se pode entender como condição psicológica, pois uma pessoa que seja incapaz de se amar a si mesma sente dificuldade em amar os outros: ‘Para quem será bom aquele que é mau para si mesmo? (...) Não há pior do que aquele que é avaro para si mesmo’ (Sir 14, 5-6)» (AL 101).

Também podemos encontrar no NT a expressão de Jesus: «Amarás ao teu próximo como a ti mesmo» (Mt 22, 39b). De facto, sempre que nos reconhecemos amados e queridos, desde logo por Deus, mais ‘coragem’ e capacidade temos para amar o ‘próximo’, ou seja, de me aproximar do outro. Deste modo, este ‘amor a mim mesmo’, que Jesus fala, é o caminho para me descentrar e não procurar o próprio interesse.

«O próprio Tomás de Aquino explicou ‘ser mais próprio da caridade querer amar do que querer ser amado’, e que de facto ‘as mães, que são as que mais amam, procuram mais amar do que ser amadas’. Por isso, o amor pode superar a justiça e transbordar gratuitamente ‘sem nada esperar em troca’ (Lc 6, 35), até chegar ao amor maior que é ‘dar a vida’ pelos outros (Jo 15, 13)» (AL 102).

Mas a pergunta que se coloca é: «será possível um desprendimento assim, que permite dar gratuitamente e dar até ao fim?» (AL 102). Não é fácil. Muitas vezes, parece mesmo impossível ou sobre-humano. No entanto não faltam exemplos e testemunhos de homens e mulheres que dão *gratuitamente* a sua vida até ao fim; de pais e mães que dão *gratuitamente* a sua vida até ao fim; padres, freiras, religiosos e consagrados que dão *gratuitamente* a sua vida até ao fim...

25. O Amor tudo perdoa e tudo desculpa

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

O texto paulino é muito forte e muito explícito em relação a profundidade do amor cristão. Uma grande tentação que todos temos é ‘acusar’, descobrir os erros dos outros, sublinhar os seus limites, estar atento aos seus defeitos... O resultado, muitas vezes, dessa atitude depois traduz-se na dificuldade de perdoar e de desculpar.

O texto bíblico, como refere o Papa Francisco, apresenta-nos a palavra – *paroxýnetai* (παροξύνεται) que tem muito a ver com ‘irritar-se’ (cf. C. RUSCONI, *DGNT*, 360). Esta palavra «diz respeito a uma reação interior de indignação provocada por algo exterior. Trata-se de uma violência interna, uma irritação recôndita que nos põe à defesa perante os outros, como se fossem inimigos (...) a evitar. Alimentar esta agressividade íntima, de nada aproveita. Serve apenas para nos adoentar, acabando por nos isolar» (AL 103).

Na verdade, o «Evangelho convida a olhar primeiro a trave na própria vista (cf. Mt 7, 5), e nós, cristãos, não podemos ignorar o convite constante da Palavra de Deus para não se alimentar a ira: ‘Não te deixes vencer pelo mal’ (Rm 12, 21); ‘não nos cansemos de fazer o bem’ (Gal 6, 9). Uma coisa é sentir a força da agressividade que irrompe, e outra é consentir nela, deixar que se torne uma atitude permanente» (AL 104).

«Por isso – continua o Papa –, nunca se deve terminar o dia sem fazer as pazes na família. ‘E como devo fazer as pazes? Ajoelhar-me? Não! Para restabelecer a harmonia familiar basta um pequeno gesto (...). É suficiente uma carícia, sem palavras. Mas nunca permitais que o dia em família termine sem fazer as pazes’» (AL 104).

«Entretanto a tendência costuma ser a de buscar cada vez mais culpas, imaginar cada vez mais maldades, supor todo o tipo de más intenções, e assim o ressentimento vai crescendo e cria raízes. Deste modo, qualquer erro ou queda do cônjuge pode danificar o vínculo de amor e a estabilidade familiar. O problema é que, às vezes, atribui-se a tudo a mesma gravidade, com o risco de tornar-se cruel perante qualquer erro do outro. A justa reivindicação dos próprios direitos torna-se mais uma persistente e constante sede de vingança do que uma sã defesa da própria dignidade» (AL 105).

«Quando estivermos ofendidos ou desiludidos, é possível e desejável o perdão; mas ninguém diz que seja fácil. A verdade é que ‘a comunhão familiar só pode ser conservada e aperfeiçoada com grande espírito de sacrifício. Exige, de facto, de todos e de cada um, pronta e generosa disponibilidade à compreensão, à tolerância, ao perdão, à reconciliação. Nenhuma família ignora como o egoísmo, o desacordo, as tensões, os conflitos agridem, de forma violenta e às vezes mortal, a comunhão’» (AL 106).

26. O amor alegra-se com os outros

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

Paulo, especialmente neste Hino ao Amor, tem o mérito de sublinhar as subtilezas do amor e da falta dele. Um olhar profundo que nos revela os pormenores e nos faz reler a vida à luz do que somos, do que sentimos e do que vivemos... mesmo quando temos dificuldade em assumir. Esta dimensão é muito bem aprofundada pelo Papa Francisco.

Neste sentido, o Papa chama-nos a atenção para “a atitude venenosa de quem, ao ver feita a alguém uma injustiça, se alegra” (AL 109). Quando andamos chateados com alguém, às vezes alguém até muito próximo das nossas relações, e ficamos ‘felizes’ quando alguma coisa lhe corre mal ou ‘menos bem’. Claro que não o assumimos nem dizemos em voz alta.

Mas o amor não é isto. O amor cristão “alegra-se como bem do outro, quando se reconhece a sua dignidade, quando se apreciam as suas capacidades e as suas boas obras” (AL 109). O amor alegra-se e faz festa com as vitórias do outro, com as suas alegrias e com as suas conquistas. O amor fica feliz quando o outro é reconhecido e valorizado.

No entanto, “isto é impossível para quem sente a necessidade de estar sempre a comparar-se ou a competir, inclusive com o próprio cônjuge, até ao ponto de se alegrar secretamente com os seus fracassos” (AL 109).

De facto, todos já experimentámos a inveja, o desejo de ser como o outro, a vontade de ‘mostrar’ o lado ‘escuro’ daquele que é elogiado. Todos já tiveram momentos na vida em que o coração ‘arrefece’ e se ‘fecha’. Nesses momentos não há espaço para alegria, para partilha e nem para vida celebrada.

“Se não alimentamos a nossa capacidade de rejubilar como bem do outro, concentrando-nos sobretudo nas nossas próprias necessidades, condenamo-nos a viver com pouca alegria, porque – como disse Jesus – ‘a felicidade está mais em dar do que em receber’ (At 20, 35)” (AL 110).

Quando uma pessoa que ama faz algo de bom pelo outro, ou quando vê que a vida está a correr bem ao outro, e vive isso com alegria está a dar glória a Deus, porque ‘Deus ama quem dá com alegria’ (2Cor 9, 7). O nosso Deus aprecia de modo especial quem se alegra com a felicidade do outro (cf. AL 110).

A família devia ser a Igreja Doméstica que celebra a partilha generosa, a alegria genuína e o amor pleno; devia ser o primeiro lugar e o mais autêntico da ‘festa’ onde se con-divide as ‘conquistas’, as ‘vitórias’ e os ‘sucessos’... com humildade e serenidade.

27. O amor tudo confia

[Capítulo IV – O amor no matrimónio (89-164)]

Na releitura do texto paulino sobre o amor cristão, chegamos às últimas frases do hino que é constituído por “quatro expressões que falam duma totalidade: ‘tudo’. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (AL 111). Tudo é tudo. Isso complica-nos um pouco a vida, porque não é ‘de vez em quando’, nem ‘quando tudo corre bem’.

Como de algum modo já falámos do ‘tudo desculpa’ (no tema 25) falamos agora do ‘tudo confia’. No grego diz-se «*Panta pisteuei* – tudo crê». “Pelo contexto, não se deve entender esta ‘fé’ em sentido teológico, mas no sentido comum de ‘confiança’ ” (AL 114). Ou seja, falamos sobretudo de uma atitude de ‘relação’, do ‘acreditar no outro’, no ‘confiar naquele que está a meu lado’.

É verdade que vivemos num mundo de ‘desconfiança’, num mundo cheio de avisos, de medos e de ameaças. É preciso ter cuidado..., é preciso estar atento..., é preciso não acreditar logo... A publicidade pode ser enganosa, nos negócios podemos ser enganados, os contratos são uma confusão e não inspiram confiança (basta recordar as telecomunicações e a banca...), na relação com o estado temos que confirmar tudo, não aconteça que paguemos mais do que o estipulado por lei... Já nem nos hospitais e nos tribunais nos sentimos ‘respeitados’ nos direitos.

Como confiar no outro? Como acreditar que ele não me anda a enganar? Como ter a certeza de que não me mente?... Aqui pode entrar a obsessão do ‘controle’, do ‘ter a certeza’, do ‘sempre desconfiado’. Mas o Amor ‘confia’.

“É precisamente esta confiança que torna possível uma relação em liberdade. Não é necessário controlar o outro, seguir minuciosamente os seus passos, para evitar que fuja dos meus braços. O amor confia, deixa em liberdade, renuncia a controlar tudo, a possuir, a dominar” (AL 115).

Só este amor “torna possível a sinceridade e a transparência, porque uma pessoa, quando sabe que os outros confiam nela e apreciam a bondade basilar do seu ser, mostra-se como é, sem dissimulações. (...) Quando alguém sabe que sempre suspeitam dele, julgam-no sem compaixão e não o amam incondicionalmente, preferirá guardar os seus segredos, esconder as suas quedas e fraquezas, fingir o que não é” (AL 115).

Deste modo podemos concluir que “uma família, onde reina uma confiança sólida, carinhosa e, suceda o que suceder, sempre se volta a confiar, permite o florescimento da verdadeira identidade dos seus membros, fazendo com que se rejeite espontaneamente o engano, a falsidade e a mentira” (AL 115).

28. O amor tudo espera

[Capítulo IV – O amor no matrimônio (89-164)]

O amor que tudo desculpa e tudo crê é também um amor que ‘tudo espera’. Não se trata de uma esperança sem sentido ou assente em ideias ou ‘promessas’ vazias. A amor não ‘des-espera’ (não deixa de esperar) nem desiste nas primeiras dificuldades.

“Ligado à palavra anterior, indica a esperança de quem sabe que o outro pode mudar; sempre espera que seja possível um amadurecimento, um inesperado surto de beleza, que as potencialidades mais recônditas do seu ser germinem algum dia” (AL 116).

“Não significa que, nesta vida, tudo vai mudar; implica aceitar que nem tudo aconteça como se deseja, mas talvez Deus escreva direito por linhas tortas e saiba tirar algum bem dos males que não se conseguem vencer nesta terra” (AL 116).

Claro que é mais fácil escrever isto do que concretizar e aplicar na vida e em tantas circunstâncias concretas. Quantas vezes não parece que temos mesmo de desistir? Quantas vezes não vemos nenhum ‘sinal’ de esperança? Quantas vezes tudo surge como uma grande escuridão?

O texto de Paulo desafia-nos a ver para além dessa escuridão, para além do imediato, para além do que, muitas vezes, os nossos olhos conseguem alcançar. Neste texto a esperança aparece “no seu sentido pleno, porque inclui a certeza duma vida para além da morte. Aquela pessoa, com todas as suas fraquezas, é chamada à plenitude do Céu: lá, completamente transformada pela ressurreição de Cristo, deixarão de existir as suas fraquezas, trevas e patologias; lá, o verdadeiro ser daquela pessoa resplandecerá com toda a sua potência de bem e beleza” (AL 117).

Esta perspectiva “permite-nos (...) contemplar aquela pessoa com um olhar sobrenatural, à luz da esperança, e aguardar aquela plenitude que, embora hoje não seja visível, há de receber um dia no Reino celeste” (AL 117). No entanto temos que reconhecer que este olhar de esperança é muito exigente e precisa de uma fé muito enraizada.

Senhor, pedimos-te que nos ajudes a esperar cada vez mais nos outros e, sobretudo, nos que nos são mais próximos; pedimos-te que nos faças esperar para além da evidência e que sejamos capazes de olhar o outro a partir do teu olhar onde a esperança é infinita... Foi essa esperança que transformou a vida de Zaqueu, da prostituta, do ‘bom ladrão’, da Madalena, do cego de nascença, de Lázaro, de Tomé, de Pedro e de tantos outros.

29. O Amor tudo suporta

[Capítulo IV – O amor no matrimônio (89-164)]

O amor ‘tudo desculpa, tudo crê, tudo espera e... tudo suporta’. Mas o que significa este ‘tudo suporta’? Desde logo, temos que esclarecer que este ‘suporta’ não é no sentido de ‘aturar’ (sentido negativo) mas no sentido de ‘ser suporte’ (sentido positivo). Um suporte que sustenta, que ‘segura’ e que ‘mantém’.

Trata-se de uma força que nos mantém firmes no meio das contrariedades e dum ambiente hostil. Não consiste, por isso, tanto em tolerar algumas coisas que não fazem sentido, mas é algo de mais amplo: uma resistência dinâmica e constante, capaz de superar qualquer desafio (cf. AL 118).

Trata-se de fazer do amor uma força que nos faz lutar mesmo quando todo o contexto nos convida ao contrário; uma força contra qualquer corrente negativa; uma opção pelo bem que nada pode derrubar (cf. Al 118).

Este amor é um amor forte, é uma amor que contradiz a ‘opinião pública’, é um amor que ‘aguenta com esperança’, ‘suporta com confiança’ e que ‘luta com fé’. É um amor que não conta apenas com as suas próprias forças, mas procura em Deus esse fundamento e no seu amor essa ‘coragem’ para todas as horas.

Por isso, este amor não é um amor das horas fáceis, das luas de mel, dos momentos felizes, dos sonhos concretizados... mas antes dos momentos de dor, de sofrimento, de perda, de doença, de derrota, de humilhação...

No ritual do matrimônio tocamos um pouco o sentido deste amor quando os noivos dizem um ao outro: ‘prometo ser-te fiel, amar-te e respeitar-te, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, todos os dias da nossa vida’. Este ‘na saúde e na doença’ é o amor que tudo suporta e que não se ‘eclipsa’ quando chegam as nuvens e os problemas.

São muitos os testemunhos desta capacidade do amor – de um amor que nunca desiste porque é suporte de tudo: da mãe e de um pai por um filho que anda ‘perdido’; de um casal que passa muitas dificuldades no relacionamento; de um padre que se sente abandonado ou sozinho na missão...

O Papa Francisco sublinha um outro exemplo: “Deixa-me maravilhado (...) a atitude das pessoas que, para se proteger da violência física, tiveram de separar-se do seu cônjuge e todavia, pela caridade conjugal que sabe ultrapassar os sentimentos, foram capazes de procurar o seu bem, mesmo através de terceiros, em momentos de doença, tribulação ou dificuldade. Isto também é amor que apesar de tudo não desiste” (AL 119).

30. O Amor que dá vida e que a acolhe como dom

[Capítulo V – O amor que se torna fecundo (165-198)]

«O amor sempre dá vida. Por isso, o amor conjugal ‘não se esgota no interior do próprio casal (...). Os cônjuges, enquanto se doam entre si, doam para além de si mesmos a realidade do filho, reflexo vivo do seu amor’ (João Paulo II, *Familiaris consortio* 14)» (AL 165).

Não se isola nem vive de egoísmos. O verdadeiro amor dá vida – ao que ama e ao que é amado. Se trazemos pouca vida dentro é porque amamos pouco, com medo, com ‘contas’ e com ‘interesses’. O amor que se dá plenamente faz brilhar os ‘olhos’, dá-nos profundidade e permite tocar o ‘céu’.

O amor conjugal realiza tudo isto de forma plena e única em cada filho. Cada filho assemelha-se um pouco ao pai, assemelha-se um pouco à mãe e assemelha-se um pouco a ele mesmo. É um mistério e uma concretização do amor e da entrega no casal. É uma realização do âmbito da biologia mas não se esgota aí. Um filho não é apenas um conjunto de cromossomas. É uma vida e, por isso, um grande dom.

Os pais são os que geram essa nova vida mas, ao mesmo tempo, são os que acolhem essa vida como um dom, «como um presente de Deus. Cada nova vida ‘permite-nos descobrir a dimensão mais gratuita do amor, que nunca cessa de nos surpreender. É a beleza de ser amado primeiro: os filhos são amados antes de chegar’. Isto mostra-nos o primado do amor de Deus que sempre toma a iniciativa, porque os filhos ‘são amados antes de ter feito algo para o merecer’» (AL 166). «Homem e mulher, pai e mãe, são ‘cooperadores do amor de Deus criador’» (AL 172).

Quantos casais e quantas famílias desejam ter filhos e não conseguem, sobretudo por questões biológicas, quantas mães ‘perdem’ os filhos antes de nascerem, quantos casais se martirizam porque não conseguem engravidar, quanto sofrimento e angústia!

Também por esta consciência de mistério e de dom, o Papa recorda-nos que «Se uma criança chega ao mundo em circunstâncias não desejadas, os pais ou os outros membros da família devem fazer todo o possível para aceitá-la como dom de Deus e assumir a responsabilidade de a acolher com magnanimidade e carinho» (AL 166). Não devemos abandonar, nem fazê-la sentir-se a mais ou indesejada.

Que o Senhor nos ajude a viver o amor como dom e entrega; que nas nossas famílias cada filho seja um dom; que cada um de nós se sinta dom de Deus, com traços do pai, com traços da mãe, mas sobretudo, criado à imagem de Deus. Filhos (também) criados e acolhidos por Deus, ‘desde o ventre materno’ (cf. Jer 1,5; Sl 139,13).

31. O Amor que oferece uma família a quem não tem

[Capítulo V – O amor que se torna fecundo (165-198)]

O amor conjugal não se realiza plenamente apenas nos filhos que se têm. Não apenas os casais que não têm filhos mas também os casais que já têm filhos podem considerar a possibilidade de adotar.

«A adoção é um caminho para realizar a maternidade e a paternidade de uma forma muito generosa (...). Nunca se arrependerão de ter sido generosos. Adotar é o ato de amor que oferece uma família a quem não a tem» (AL 179).

«Aqueles que assumem o desafio de adotar e acolhem uma pessoa de maneira incondicional e gratuita, tornam-se mediação do amor de Deus que diz: ‘Ainda que a tua mãe chegasse a esquecer-te, Eu nunca te esqueceria’ (cf. *Is* 49, 15)» (AL 179).

Neste contexto o Papa Francisco refere a importância de «insistir para que a legislação possa facilitar o processo de adoção, sobretudo nos casos de filhos não desejados, evitando assim o aborto ou o abandono» (AL 179). «Por outro lado, ‘deve-se impedir o tráfico de crianças entre países e continentes, por meio de oportunas medidas legislativas e controle estatal’» (AL 180).

«Um casal de esposos, que experimenta a força do amor, sabe que este amor é chamado a sarar as feridas dos abandonados, estabelecer a cultura do encontro, lutar pela justiça» (AL 183).

Adotar é sempre revelar a gratuidade e a generosidade do amor. Trata-se de acolher quem é abandonado, esquecido e ignorado. Trata-se de lutar contra a discriminação e contra a possível exploração das crianças.

Ninguém merece ser abandonado à nascença. Mas se isso acontece, por diferentes razões, que outros possam revelar a grandeza do acolhimento e do amor que se faz família (adotiva). Adotar é dar um berço, é dar uma família, é dar uma história e um chão para que se possa crescer.

Como é que as nossas famílias cristãs são sensíveis à adoção? Como é que a nossa comunidade acolhe todos aqueles que são adotados ou simplesmente não têm família? Como é que a nossa comunidade vai ao encontro de instituições que acolhem as crianças abandonadas?

Senhor alarga o nosso olhar para que os nossos corações possam ser sensíveis a esta problemática da adoção e que as nossas ações possam acolher todos aqueles que dão uma família a quem não tem.

32. O Amor que ‘alarga’ o sentido de família

[Capítulo V – O amor que se torna fecundo (165-198)]

Afinal qual é o ‘limite’ do conceito de família? Quando falamos de família pensamos apenas nos pais e nos filhos, no cônjuge ou nos irmãos?! «Às vezes o individualismo destes tempos leva a fechar-se na segurança dum pequeno ninho e a sentir os outros como um incómodo» (AL 187).

Claro que quando um casal se casa forma uma nova família e essa é sua referência. «‘O homem deixará o pai e a mãe’ (*Gn 2, 24*), diz a Palavra de Deus. Às vezes, isto não é cumprido, nunca se chegando a assumir o matrimónio, porque falta esta renúncia e esta dedicação. Os pais não devem ser abandonados nem transcurados, mas, para unir-se em matrimónio, é preciso deixá-los, de modo que o novo lar seja a morada, a proteção, a plataforma e o projeto, e seja possível tornar-se verdadeiramente ‘uma só carne’ (*Gn 2, 24*) (AL 190).

Inclusive, «sucede, em alguns casais, ocultar ao próprio cônjuge muitas coisas, que entretanto se dizem aos pais, chegando ao ponto de se importar mais com as opiniões destes do que com os sentimentos e as opiniões do cônjuge» (AL 190). Isto cria muitas dificuldades e traz muitos problemas para a relação de família.

No entanto, não são poucos os que hoje se ‘fecham’ no núcleo familiar restrito. Tudo acontece em função desse mesmo núcleo e tudo o que está para além dele é ‘ignorado’ ou altamente desprezado – como se cada família se bastasse.

Neste sentido, o Papa recorda-nos, que «o núcleo familiar restrito não deveria isolar-se da família alargada, onde estão os pais, os tios, os primos e até os vizinhos» (AL 187). Ser família cristã significa ‘alargar’ o horizonte, significa estar atento aos que estão próximos, significa ‘cuidar’ de (todos) os nossos.

De facto, «nesta família ampla, pode haver pessoas necessitadas de ajuda, ou pelo menos de companhia e gestos de carinho, ou pode haver grandes sofrimentos que precisam de conforto» (AL 187).

«Com efeito, além do círculo pequeno formado pelos cônjuges e seus filhos, temos a família alargada, que não pode ser ignorada. (...) Aí se integram também os amigos e as famílias amigas, e mesmo as comunidades de famílias que se apoiam mutuamente nas suas dificuldades, no seu compromisso social e na fé» (AL 196).

Hoje somos nós que ajudamos, amanhã somos nós que precisamos de ajuda; hoje somos nós que cuidamos, amanhã somos nós que somos cuidados. Quem se isola ‘perde’ vida e ‘perde’ laços – perde ‘o horizonte mais amplo da existência’.

33. Precisamos de repensar a pastoral familiar paroquial

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

O Papa Francisco introduz este capítulo dizendo: «Os debates do caminho sinodal puseram a descoberto a necessidade de desenvolver novos caminhos pastorais, que procurarei agora resumir em geral. As diferentes comunidades é que deverão elaborar propostas mais práticas e eficazes, que tenham em conta tanto a doutrina da Igreja como as necessidades e desafios locais» (AL 199).

Não basta refletir sobre a realidade da família e do amor, não basta reunir periodicamente para pensar sobre as dificuldades da vida e das relações... «Não basta inserir uma genérica preocupação pela família nos grandes projetos pastorais; para que as famílias possam ser sujeitos cada vez mais ativos da pastoral familiar, requer-se ‘um esforço evangelizador e catequético dirigido à família’, que a encaminhe nesta direção» (AL 200).

Neste sentido, o Papa reforça a ideia de que «é preciso não se contentar com um anúncio puramente teórico e desligado dos problemas reais das pessoas. A pastoral familiar deve fazer experimentar que o Evangelho da família é resposta às expectativas mais profundas da pessoa humana: a sua dignidade e plena realização na reciprocidade, na comunhão e na fecundidade» (AL 201).

A família continua a ser um lugar privilegiado de relação, de encontro, de comunhão, de igreja. Como já referimos (cf. tema 17) a família é a Igreja Doméstica. A família é o destinatário principal da ação pastoral mas, ao mesmo tempo, pode e deve ser o protagonista primordial da própria ação pastoral da comunidade.

Nesta missão e nesta tarefa devemos reconhecer que «A principal contribuição para a pastoral familiar é oferecida pela paróquia, que é uma família de famílias, onde se harmonizam os contributos das pequenas comunidades, movimentos e associações eclesiais» (AL 202).

Como é que as nossas comunidades estão a realizar a pastoral familiar? Como é que as famílias das nossas comunidades estão a concretizar o protagonismo pastoral que lhe é atribuído pelo sacramento do matrimónio? Como é que cada ‘célula’ está evangelizar as famílias locais?

Senhor ajuda-nos a repensar a pastoral familiar paroquial. Ajuda-nos a ser protagonistas de uma renovação efetiva do dinamismo sacramental inerente à família cristã. Ajuda-nos a encontrar caminhos de escuta e de acompanhamento das nossas famílias, sobretudo, das que atravessam mais dificuldades.

34. Como cuidamos da preparação dos noivos?

[Capítulo VI – Algumas perspetivas pastorais (199-258)]

«A complexa realidade social e os desafios, que a família é chamada a enfrentar atualmente, exigem um empenhamento maior de toda a comunidade cristã na preparação dos noivos para o matrimónio» (AL 206).

É muito fácil criticar os casais mais novos ou mesmo os noivos dizendo que são imaturos, que não estão preparados, que não têm coragem para assumir compromissos. É muito fácil ‘apontar’ o dedo a tantos que optam por viver juntos e que não chegam a dar ‘o passo’ para o matrimónio.

Muitas vezes o que há, diante desta realidade, é um ‘pressionar’ a casar, o ‘exigir’ esse passo para poder ‘ser padrinho’ ou outra coisa qualquer. Outras vezes, alguns acabam por casar não tanto por convicção, nem sequer por tradição... mas por ‘emoção’: para não dar desgosto aos pais ou aos avós... e ainda por cima até é uma celebração bonita.

«Os noivos deveriam ser incentivados e ajudados a poderem expressar o que cada um espera dum eventual matrimónio, a sua maneira de entender o que é o amor e o compromisso, aquilo que se deseja do outro, o tipo de vida em comum que se quer projetar. (...) Não há nada de mais volúvel, precário e imprevisível que o desejo, e nunca se deve encorajar uma decisão de contrair matrimónio se não se aprofundaram outras motivações que confirmam a este pacto reais possibilidades de estabilidade» (AL 209).

De facto, a complexa realidade exige uma resposta pastoral mais profunda para que os noivos façam o caminho que os leve à construção e vivência profunda do amor cristão como fundamento do sacramento do matrimónio.

Neste contexto, todos reconhecem a «necessidade de programas específicos de preparação próxima para o matrimónio que sejam verdadeira experiência de participação na vida eclesial e aprofundemos vários aspetos da vida familiar» (AL 206). Programas que liguem cada casal à própria comunidade cristã, à fé celebrada e vivida, ao compromisso cristão na paróquia e no mundo.

Apesar do muito que já se faz (CPM; grupos paroquiais...), certamente que todos reconhecemos que há um longo caminho a percorrer e que nesse caminho faltam, sobretudo, itinerários mais do que encontros ou temas concretos, faltam percursos de vida que ajudem o casal a ‘crescer por dentro’ e a amadurecer o amor para que o compromisso seja consequência de um caminho.

35. Os primeiros anos de vida matrimonial

[Capítulo VI – Algumas perspetivas pastorais (199-258)]

Precisamos de reconhecer que «se o amor se reduzir a mera atração ou a uma vaga afetividade, isto faz com que os cônjuges sofram duma extraordinária fragilidade quando a afetividade entra em crise ou a atração física diminui» (AL 217).

O maior desafio não é casar mas alimentar e construir o próprio casamento. O sacramento revela, desde logo, que a relação de casal é uma permanente construção e exige um contínuo acompanhamento.

De facto, «o matrimónio não se pode entender como algo acabado. A união é real, é irrevogável e foi confirmada e consagrada pelo sacramento do matrimónio; mas, ao unir-se, os esposos tornam-se protagonistas, senhores da sua própria história e criadores dum projeto que deve ser levado para a frente conjuntamente» (AL 218).

«O ‘sim’ que deram um ao outro é o início dum itinerário, cujo objetivo se propõe superar as circunstâncias que surgirem e os obstáculos que se interpuserem. A bênção recebida é uma graça e um impulso para este caminho sempre aberto» (AL 218).

«O caminho implica passar por diferentes etapas, que convidam a doar-se com generosidade: do impacto inicial caracterizado por uma atração decididamente sensível, passa-se à necessidade do outro sentido como parte da vida própria. Daqui passa-se ao gosto da pertença mútua, seguido pela compreensão da vida inteira como um projeto de ambos, pela capacidade de colocar a felicidade do outro acima das necessidades próprias, e pela alegria de ver o próprio matrimónio como um bem para a sociedade. O amadurecimento do amor implica também aprender a ‘negociar’» (AL 220).

«Em cada nova etapa da vida matrimonial, é preciso sentar-se e negociar novamente os acordos, de modo que não haja vencedores nem vencidos, mas ganhem ambos. No lar, as decisões não se tomam unilateralmente, e ambos compartilham a responsabilidade pela família; mas cada lar é único e cada síntese conjugal é diferente» (AL 220).

E quando surgem os primeiros grandes problemas? O que fazer? «Quando se descobre a realidade mais limitada e problemática do que se sonhara, a solução não é pensar imediata e irresponsavelmente na separação, mas assumir o matrimónio como um caminho de amadurecimento, onde cada um dos cônjuges é um instrumento de Deus para fazer crescer o outro. É possível a mudança, o crescimento, o desenvolvimento das potencialidades boas que cada um traz dentro de si» (AL 221).

36. Gestos concretos para os primeiros anos da vida em casal

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

O Papa reforça a ideia que se deve animar os casais jovens: «a criar os seus próprios hábitos, que proporcionem uma salutar sensação de estabilidade e proteção e que se constroem com uma série de rituais diários compartilhados. É bom dar-se sempre um beijo pela manhã, benzer-se todas as noites, esperar pelo outro e recebê-lo à chegada, ter alguma saída juntos, compartilhar as tarefas domésticas. Ao mesmo tempo, porém, é bom vencer a rotina com a festa, não perder a capacidade de celebrar em família, alegrar-se e festejar as experiências belas. (...) Quando se sabe celebrar, esta capacidade renova a energia do amor, liberta-o da monotonia e enche de cor e esperança os hábitos diários» (AL 226).

Muitos destes gestos podem parecer ridículos, insignificantes e desnecessários. Mas a verdade é que muitas relações terminam não tanto por causa de grandes problemas e por infidelidades, mas por falta de cumplicidade, de momentos de partilha, por falta de gestos concretos e quotidianos, sobretudo, por causa de ausências.

Cada casal deve construir a sua relação, deve desenvolver a sua ‘gramática’ própria, deve procurar dar sentido aos pormenores e aos quase nada que são tudo. Quando não se constrói, quando se deixa simplesmente o tempo correr, quando se vive apenas da rotina, quando se julga que já está tudo assegurado, quando se julga o outro ‘conquistado’ ... tudo se começa a ‘perder’, a ‘deteriorar’ e a ‘apodrecer’.

No entanto devemos juntar a todos estes gestos concretos uma dimensão mais profunda da construção da relação, devemos «incentivar a confissão frequente, a direção espiritual, a participação em retiros. (...) Há que convidar também a criar espaços semanais de oração familiar, porque ‘a família que reza unida permanece unida’» (AL 227). «Ao mesmo tempo, convém incentivar cada um dos cônjuges a reservar momentos de oração a sós diante de Deus, porque cada qual tem as suas cruces secretas» (AL 227).

Um casal cristão que não reza perde muito da luz e do sabor da plenitude do amor conjugal que Deus abençoa. Quando não há intimidade com Deus na palavra, na oração conjugal e nos sacramentos, especialmente na eucaristia, tudo fica a ‘metade’. Falta um lado essencial do amor – a dimensão divina. Só esta dimensão pode alimentar e reforçar a grandeza e beleza da dimensão humana.

37. Quando chegam as crises...

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

Todas as famílias e todos os casais sabem bem que a vida da relação tem muitas dificuldades e que tantas vezes surgem crises inesperadas e que pensávamos nunca fossem acontecer connosco. São momentos dolorosos, de grande tensão e até de grande agressão (verbal, psicológica... até às vezes física).

O contexto de muitas crises pode estar associado à ligação exagerada de um dos cônjuges aos pais, ao nascimento dos filhos, à diferença de educação dos mesmos, ao trabalho a mais, ao desemprego, ao modo como se organiza as economias da casa ou como cada um gere as suas contas, a uma doença inesperada, a uma morte de um ente querido... «a crise do ‘ninho vazio’, que obriga o casal a fixar de novo o olhar um no outro; a crise causada pela velhice dos pais dos cônjuges, que requer mais presença, solicitude e decisões difíceis» (AL 235).

Diante desta realidade, o Papa diz que «É preciso ajudar a descobrir que uma crise superada não leva a uma relação menos intensa, mas a melhorar, sedimentar e maturar o vinho da união. Não se vive juntos para ser cada vez menos feliz, mas para aprender a ser feliz de maneira nova, a partir das possibilidades que abre uma nova etapa. Cada crise implica uma aprendizagem, que permite incrementar a intensidade da vida comum ou, pelo menos, encontrar um novo sentido para a experiência matrimonial» (AL 232).

Muitas vezes, «usa-se o método de negar os problemas, escondê-los, relativizar a sua importância, apostar apenas em que o tempo passe. Mas isto adia a solução e leva a gastar muitas energias num ocultamento inútil que complicará ainda mais as coisas. Os vínculos vão-se deteriorando e consolida-se um isolamento que danifica a intimidade. Numa crise não assumida, o que mais se prejudica é a comunicação. Assim, pouco a pouco, aquela que era ‘a pessoa que amo’ passa a ser ‘quem me acompanha sempre na vida’, a seguir apenas ‘o pai ou a mãe dos meus filhos’, e por fim um estranho» (AL 233).

«Nestes momentos, é necessário criar espaços para comunicar de coração a coração. O problema é que se torna ainda mais difícil comunicar num momento de crise, se nunca se aprendeu a fazê-lo» (AL 234). «Algumas famílias sucumbem, quando os cônjuges se culpam mutuamente (...). Saber perdoar e sentir-se perdoado é uma experiência fundamental na vida familiar. A fadigosa arte da reconciliação, que requer o apoio da graça, precisa da generosa colaboração de parentes e amigos, e, eventualmente, até duma ajuda externa e profissional» (AL 236).

38. Quando as crises terminam em separação

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

Por vezes as crises podem chegar à separação. Sabemos que todas as relações passam por crises, sabemos que é ‘normal’ ter que enfrentar dificuldades, sabemos que por vezes o caminho é difícil, sabemos que é preciso perdoar... Muitas situações «podem alterar a vida familiar e exigir um caminho de perdão e reconciliação» (AL 236).

No entanto, por vezes a relação parece chegar ao fim. «Tornou-se frequente que, quando um cônjuge sente que não recebe o que deseja, ou não se realiza o que sonhava, isso lhe pareça ser suficiente para pôr termo ao matrimónio. Mas, assim, não haverá matrimónio que dure. Às vezes, para decidir que tudo acabou, basta uma desilusão, a ausência num momento em que se precisava do outro, um orgulho ferido ou um temor indefinido» (AL 237).

Nessas alturas parece «que se atribui um peso emotivo demasiado grande. Por exemplo, a sensação de não ser completamente correspondido, os ciúmes, as diferenças que podem surgir entre os dois, a atração suscitada por outras pessoas, os novos interesses que tendem a apoderar-se do coração, as mudanças físicas do cônjuge e tantas outras coisas» (AL 237).

Contudo, não podemos pensar que cada uma destas dificuldades, mesmo quando são grandes, não possam ter um acompanhamento e estejam condenadas ao divórcio. Mas não podemos escamotear a realidade e o impacto que tem na nossa sociedade e nas nossas comunidades. Portugal é o país com mais divórcios da Europa (notícias de 21.10.2016; cf dados Prodata). Por cada 100 casamentos que são registados em Portugal há 70 pedidos de divórcio. Isto não significa que 70 em cada 100 casamentos acabam em divórcio (dados referentes a 2013).

Este estudo da Prodata mostra que houve um aumento significativo do número de divórcios e uma diminuição do número de casamentos ao longo dos últimos 53 anos. A chegada da troika em 2011 ajudou a esse aumento, principalmente nos últimos anos e ‘por causa do desemprego ou porque as pessoas só conseguem estabilidade mais tarde e casam mais tarde, com vícios mais sedimentados e pouco flexíveis ao outro’.

Sobretudo eu penso que há pouca construção da relação, rapidamente os casais que se amam se acomodam ou se distraem com a rotina. Há pouca construção da relação a partir do renovar o amor e a entrega. Neste processo a fé, celebrada em conjunto, o pertencer a um grupo de casais, o confrontar a relação, os problemas e as alegrias com Deus podia ajudar a enfrentar as dificuldades... porque as tempestades estão garantidas.

39. Da ‘separação’ à reconciliação

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

A realidade da separação e do divórcio, muitas vezes, toca a nossa vida, a nossa família e as famílias das nossas comunidades. Não se trata tanto de saber quem é o culpado, ou de julgar a situação, ou de apontar o dedo... mas de encontrar caminhos e procurar respostas adequadas a cada situação. Sobretudo, que a fé continue a ser uma luz mesmo no meio de grandes escuridões e a esperança no meio de muitos sofrimentos.

Devemos encarar cada situação como uma oportunidade para recriar o amor (cf. AL 237). Na verdade, «a experiência mostra que, com uma ajuda adequada e com a ação de reconciliação da graça, uma grande percentagem de crises matrimoniais é superada de forma satisfatória. Saber perdoar e sentir-se perdoado é uma experiência fundamental na vida familiar. A fadigosa arte da reconciliação, que requer o apoio da graça, precisa da generosa colaboração de parentes e amigos, e, eventualmente, até duma ajuda externa e profissional» (AL236).

«Nestas circunstâncias, alguns têm a maturidade necessária para voltar a escolher o outro como companheiro de estrada, para além dos limites da relação, e aceitam com realismo que não se possam satisfazer todos os sonhos acalentados. (...) No fundo, reconhecem que cada crise é como um novo ‘sim’ que torna possível o amor renascer reforçado, transfigurado, amadurecido, iluminado» (AL 238).

Efetivamente, diante de uma crise, é preciso ter coragem e ser ajudado a «buscar as raízes profundas do que está a suceder, de voltar a negociar os acordos fundamentais, de encontrar um novo equilíbrio e de percorrer juntos uma nova etapa. Com esta atitude de constante abertura, podem-se enfrentar muitas situações difíceis» (AL 238).

A Igreja e principalmente cada comunidade cristã deve procurar enfrentar esta realidade, rezando pelos casais que estão a passar por essas dificuldades, acolhendo quem precisa de apoio, encaminhado quem pede ajuda... não abandonando, não sendo indiferente e não considerando um ‘assunto pastoral menor ou secundário’.

Precisamos de acreditar todos que a reconciliação é sempre possível e, também por isso, «hoje descobrimos que ‘se revela particularmente urgente um ministério dedicado àqueles cuja relação matrimonial se rompeu’» (AL 238). Porque «muitos terminam a sua infância sem nunca se terem sentido amados incondicionalmente, e isto compromete a sua capacidade de confiar e entregar-se. Uma relação mal vivida com os seus pais e irmãos, que nunca foi curada, reaparece e danifica a vida conjugal. Então é preciso fazer um percurso de libertação, que nunca se enfrentou» (AL 240).

40. Acompanhar depois das ruturas e dos divórcios

[Capítulo VI – Algumas perspetivas pastorais (199-258)]

A realidade é maior do que as ideias sobre ela. Por isso, é preciso enfrentar a realidade sem fugas pseudo-inocentes, sem ‘frases bonitas’ ou soluções banais. A Igreja às vezes parece que está preocupada em responder a perguntas que ninguém faz e que foge das questões mais existenciais e mais reais.

Diante de toda esta realidade, em alguns casos, depois de todas as tentativas, «é preciso reconhecer que ‘há casos em que a separação é inevitável. Por vezes, pode tornar-se até moralmente necessária, quando se trata de defender o cônjuge mais frágil, ou os filhos pequenos, das feridas mais graves causadas pela prepotência e a violência, pela humilhação e a exploração, pela alienação e a indiferença’» (AL 241).

Nesses casos, «é indispensável um discernimento particular para acompanhar pastoralmente os separados, os divorciados, os abandonados. Tem-se de acolher e valorizar sobretudo a angústia daqueles que sofreram injustamente a separação, o divórcio ou o abandono, ou então foram obrigados, pelos maus-tratos do cônjuge, a romper a convivência» (AL 242).

É necessário uma «pastoral da reconciliação e da mediação, inclusive através de centros de escuta especializados que se devem estabelecer nas dioceses. Ao mesmo tempo, ‘as pessoas divorciadas que não voltaram a casar (que são muitas vezes testemunhas da fidelidade matrimonial) devem ser encorajadas a encontrar na Eucaristia o alimento que as sustente no seu estado’» (AL 242).

«Quanto às pessoas divorciadas que vivem numa nova união, é importante fazer-lhes sentir que fazem parte da Igreja, que ‘não estão excomungadas’ nem são tratadas como tais, porque sempre integram a comunhão eclesial. Estas situações ‘exigem um atento discernimento e um acompanhamento com grande respeito, evitando qualquer linguagem e atitude que as faça sentir discriminadas e promovendo a sua participação na vida da comunidade. Cuidar delas não é, para a comunidade cristã, um enfraquecimento da sua fé e do seu testemunho sobre a indissolubilidade do matrimónio; antes, ela exprime precisamente neste cuidado a sua caridade’» (Al 243).

«A Igreja, embora compreenda as situações conflituosas que devem atravessar os cônjuges, não pode cessar de ser a voz dos mais frágeis: os filhos, que sofrem muitas vezes em silêncio. Hoje, ‘não obstante a nossa sensibilidade aparentemente evoluída e todas as nossas análises psicológicas refinadas, pergunto-me se não nos entorpecemos também relativamente às feridas da alma das crianças’» (Al 246).

41. Quando a morte entra casa dentro...

[Capítulo VI – Algumas perspectivas pastorais (199-258)]

«Às vezes, a vida familiar vê-se desafiada pela morte de um ente querido» (AL 253). De facto, todas as famílias já viram partir um ente querido, já tiveram de ‘enfrentar’ a morte. Todos sabemos da dor, do incompreensível, do sofrimento que daí decorre.

O Papa diz, nesse contexto: «Compreendo a angústia de quem perdeu uma pessoa muito amada, um cônjuge com quem se partilhou tantas coisas. (...) E como não compreender o lamento de quem perdeu um filho? Com efeito, ‘é como se o tempo parasse: abre-se um abismo que engole o passado e também o futuro. (...) E às vezes chega-se até a dar a culpa a Deus!’» (AL 254).

No evangelho sabemos que Jesus ‘encontrou-se’ com três situações de morte: o filho único da viúva de Naim (Lc 7,11-17); a filha (única) de Jairo (Lc 8,49-55); e o seu amigo Lázaro (Jo 11,1-44). Três histórias de dor, de perda, de desilusão, de tristeza, de sofrimento, de lágrimas...

Diante de todos Jesus encheu-se de compaixão (*sofrer-com*), chegando a chorar na morte do seu amigo Lázaro. A todos procurou dar vida, reanimar e a dar alma. Jesus não foi indiferente, soube ser ‘bom-samaritano’ juntos dos que mais sofriam.

Como ser indiferente à morte de um ente querido, sobretudo de um cônjuge. «A viuvez é uma experiência particularmente difícil» (AL 254). Perde-se muitas vezes o cúmplice, o companheiro de viagem, o que sempre esteve ao lado. Para muitos, nestas ocasiões, a vida parece perder sentido.

Como ser indiferente à morte de um filho ou filha. Nesse caso concreto, estamos diante de um momento tão doloroso que não conseguimos dar nome – trata-se de uma morte ‘inominável’. De factos, os pais estão ‘feitos’ para *gerar* e não para *enterrar*.

Se perder um pai ou uma mãe é perder o ‘passado’; se perder um(a) amigo(a), um(a) irmão(irmã), o(a) marido (esposa) é perder o ‘presente’; perder um filho ou uma filha é perder o ‘futuro’. O que aqui o que está em jogo é o futuro.

Em todas estas situações, recorda-nos o Papa, que «Não podemos deixar de oferecer a luz da fé para acompanhar as famílias que sofrem em tais momentos» (AL 253). «No luto, há momentos em que é preciso ajudar a descobrir que, embora tenhamos perdido um ente querido, existe ainda uma missão a cumprir e não nos faz bem querer prolongar a tristeza, como se isto fosse uma homenagem. A pessoa amada não precisa da nossa tristeza» (AL 255). Rezemos e confiemo-nos ao Senhor Ressuscitado que nunca nos abandona. Um dia também nós regressaremos definitivamente à casa do Pai.

42. Acompanhar e educar os filhos... e os mais jovens

[Capítulo VII – Reforçar a educação dos filhos (259-290)]

A família «precisa de considerar a que realidade quer expor os seus filhos. Para isso não deve deixar de se interrogar sobre quem se ocupa de lhes oferecer diversão e entretenimento, quem entra nas suas casas através dos écrans, a quem os entrega para que os guie nos seus tempos livres» (AL 260).

Hoje, sobretudo pelo internet, há muitas influências para além das famílias, da escola e da catequese. Muitas coisas que se vivem e se pensam são ‘aprendidas’ na net: influenciadas por amigos, por colegas da escola, por famosos, por youtubers...

«Os pais devem orientar e alertar as crianças e os adolescentes para saberem enfrentar situações onde possa haver risco, por exemplo, de agressões, abuso ou consumo de droga» (AL 260). Os pais e os educadores não devem evitar estes e outros temas. Os pais devem acompanhar sempre os filhos.

No entanto, «a obsessão (...) não é educativa; e também não é possível ter o controle de todas as situações onde um filho poderá chegar a encontrar-se. (...) Se um progenitor está obcecado com saber onde está o seu filho e controlar todos os seus movimentos, procurará apenas dominar o seu espaço. Mas, desta forma, não o educará, não o reforçará, não o preparará para enfrentar os desafios» (AL 261).

«O que interessa acima de tudo é gerar no filho, com muito amor, processos de amadurecimento da sua liberdade, de preparação, de crescimento integral, de cultivo da autêntica autonomia» (AL 261).

Por outro lado, «é indispensável sensibilizar a criança e o adolescente para se darem conta de que as más ações têm consequências. É preciso despertar a capacidade de colocar-se no lugar do outro e sentir pesar pelo seu sofrimento originado pelo mal que lhe fez» (AL 268).

Com efeito, «É importante orientar a criança, com firmeza, para que peça perdão e repare o mal causado aos outros. Quando o percurso educativo mostra os seus frutos num amadurecimento da liberdade pessoal, a dado momento o próprio filho começará a reconhecer, com gratidão, que foi bom para ele crescer numa família e também suportar as exigências impostas por todo o processo formativo» (AL 268).

«A correção é um estímulo quando, ao mesmo tempo, se apreciam e reconhecem os esforços e quando o filho descobre que os seus pais conservam viva uma paciente confiança. Uma criança corrigida com amor sente-se tida em consideração, percebe que é alguém, dá-se conta de que seus pais reconhecem as suas potencialidades» (AL 269).

43. A família como a primeira e principal ‘escola’

[Capítulo VII – Reforçar a educação dos filhos (259-290)]

«A família é a primeira escola dos valores humanos, onde se aprende o bom uso da liberdade. Há inclinações maturadas na infância, que impregnam o íntimo duma pessoa e permanecem toda a vida (...). Muitas pessoas atuam a vida inteira duma determinada forma, porque consideram válida tal forma de agir, que assimilaram desde a infância, como que por osmose: ‘Fui ensinado assim’; ‘isto é o que me inculcaram’» (AL 274).

De facto, «a família é o âmbito da socialização primária, porque é o primeiro lugar onde se aprende a relacionar-se com o outro, a escutar, partilhar, suportar, respeitar, ajudar, conviver. (...) No contexto familiar, ensina-se a recuperar a proximidade, o cuidado, a saudação. É lá que se rompe o primeiro círculo do egoísmo mortífero, fazendo-nos reconhecer que vivemos junto de outros, com outros, que são dignos da nossa atenção, da nossa gentileza, do nosso afeto» (AL 276).

Somos muitos do que aprendemos em casa, do ambiente, do tom de voz, da arrumação, da organização, da amizade... Isto não significa que, apesar do ambiente de casa, os filhos sigam todos os passos... porque há muitas outras influências, mas a família continua a ser o lugar privilegiado e principal da educação, sobretudo nos primeiros anos – aliás os mais marcantes em termos de personalidade.

Este «encontro educativo entre pais e filhos pode ser facilitado ou prejudicado pelas tecnologias de comunicação e distração, cada vez mais sofisticadas. Bem utilizadas, podem ser úteis para pôr em contacto os membros da família, que vivem longe. Os contactos podem ser frequentes e ajudar a resolver dificuldades. Mas deve ficar claro que não substituem nem preenchem a necessidade do diálogo mais pessoal e profundo que requer o contacto físico ou, pelo menos, a voz da outra pessoa» (AL 278).

«Sabemos que, às vezes, estes meios afastam em vez de aproximar, como quando, na hora da refeição, cada um está concentrado no seu telemóvel ou quando um dos cônjuges adormece à espera do outro que passa horas entretido com algum dispositivo eletrónico. Na família, também isto deve ser motivo de diálogo e de acordos que permitam dar prioridade ao encontro dos seus membros sem cair em proibições insensatas» (AL 278).

Também aqui, como em tantas outras circunstâncias, o exemplo e os gestos concretos falam mais alto que muitas palavras e muitas ‘proibições’. Tantas vezes corremos o risco de exigir aos outros o que nós próprios não cumprimos ou de criticar o que nós mesmos fazemos ou fizemos.

44. Educar na sexualidade

[Capítulo VII – Reforçar a educação dos filhos (259-290)]

A educação sexual deve acontecer de forma positiva e adequada a cada idade e circunstância. «Deveríamos perguntar-nos se as nossas instituições educativas assumiram este desafio. É difícil pensar na educação sexual num tempo em que se tende a banalizar e empobrecer a sexualidade» (AL 280).

«A educação sexual oferece informação, mas (...) a informação deve chegar no momento apropriado e de forma adequada à fase que vivem. Não é útil saturá-los de dados, sem o desenvolvimento do sentido crítico perante uma invasão de propostas, perante a pornografia descontrolada e a sobrecarga de estímulos que podem mutilar a sexualidade» (AL 281).

«Frequentemente a educação sexual concentra-se no convite a ‘proteger-se’, procurando um ‘sexo seguro’. Estas expressões transmitem uma atitude negativa a respeito da finalidade procriadora natural da sexualidade, como se um possível filho fosse um inimigo de que é preciso proteger-se. Deste modo promove-se a agressividade narcisista, em vez do acolhimento» (AL 283).

«É irresponsável qualquer convite aos adolescentes para que brinquem com os seus corpos e desejos, como se tivessem a maturidade, os valores, o compromisso mútuo e os objetivos próprios do matrimónio. Assim, são levemente encorajados a utilizar a outra pessoa como objeto de experiências para compensar carências e grandes limites» (AL 283).

«É importante, pelo contrário, ensinar um percurso pelas diversas expressões do amor, o cuidado mútuo, a ternura respeitosa, a comunicação rica de sentido. Com efeito, tudo isto prepara para uma doação íntegra e generosa de si mesmo que se expressará, depois dum compromisso público, na entrega dos corpos. Assim a união sexual no matrimónio aparecerá como sinal dum compromisso totalizante, enriquecido por todo o caminho anterior» (AL 283).

«Mas quem fala hoje destas coisas? Quem é capaz de tomar os jovens a sério? Quem os ajuda a preparar-se seriamente para um amor grande e generoso? Não se toma a sério a educação sexual» (AL 284).

Talvez também aqui a família e a comunidade cristã se deva interrogar sobre o seu papel, a sua missão e o modo concreto como tem sido uma ajuda nesta educação sexual. Não podemos exigir amanhã o que não semeámos hoje.

45. Educar nos dinamismos da fé

[Capítulo VII – Reforçar a educação dos filhos (259-290)]

Apesar de todas as dificuldades «a família deve continuar a ser lugar onde se ensina a perceber as razões e a beleza da fé, a rezar e a servir o próximo» (AL 287). A família – Igreja doméstica – continua a ser o lugar privilegiado da educação na fé.

«A transmissão da fé pressupõe que os pais vivam a experiência real de confiar em Deus, de O procurar, de precisar d’Ele, porque só assim ‘cada geração contará à seguinte o louvor das obras [de Deus] e todos proclamarão as [Suas] proezas’ (Sl 145/144, 4) e ‘o pai dará a conhecer aos seus filhos a [Sua] fidelidade’ (Is 38, 19)» (AL 287).

«Por isso, ‘tenha-se o cuidado de valorizar os casais, as mães e os pais, como sujeitos ativos da catequese (...). De grande ajuda é a catequese familiar, enquanto método eficaz para formar os pais jovens e torná-los conscientes da sua missão como evangelizadores da sua própria família’» (AL 287).

«A educação na fé sabe adaptar-se a cada filho, porque os recursos aprendidos ou as receitas às vezes não funcionam. As crianças precisam de símbolos, gestos, narrações. Os adolescentes habitualmente entram em crise com a autoridade e com as normas, pelo que é conveniente estimular as suas experiências pessoais de fé e oferecer-lhes testemunhos luminosos que se imponham simplesmente pela sua beleza» (AL 288).

«Os pais, que querem acompanhar a fé dos seus filhos, estão atentos às suas mudanças, porque sabem que a experiência espiritual não se impõe, mas propõe-se à sua liberdade. É fundamental que os filhos vejam de maneira concreta que, para os seus pais, a oração é realmente importante. Por isso, os momentos de oração em família e as expressões da piedade popular podem ter mais força evangelizadora do que todas as catequese e todos os discursos» (AL 288).

«O exercício de transmitir aos filhos a fé, no sentido de facilitar a sua expressão e crescimento, permite que a família se torne evangelizadora e, espontaneamente, comece a transmiti-la a todos os que se aproximam dela e mesmo fora do próprio ambiente familiar» (AL 289).

«Os filhos que crescem em famílias missionárias, frequentemente tornam-se missionários, se os pais sabem viver esta tarefa numa maneira tal que os outros os sintam vizinhos e amigos, de tal modo que os filhos cresçam neste estilo de relação com o mundo, sem renunciar à sua fé nem às suas convicções» (AL 289).

46. Acompanhar os que vivem juntos ou casaram civilmente

[Capítulo VIII – Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade (291-312)]

É fácil criticar, é fácil apontar o dedo, é fácil dizer como devia ser... o problema é que a realidade impõe-se diante do ideal. Ou desistimos da realidade insistindo no ideal, ou ‘agarramos’ a realidade e indicamos gradualmente o caminho do ideal. Conscientes que o ideal é sempre (in)alcançável, é sempre desafio, é sempre ‘força de atração’.

Ao enfrentar a problemática dos que estão apenas casados civilmente ou mesmo, ressalvadas as devidas distâncias, os que vivem juntos, os padres sinodais disseram: «quando a união atinge uma notável estabilidade através dum vínculo público e se caracteriza por um afeto profundo, responsabilidade para com a prole, capacidade de superar as provas, pode ser vista como uma ocasião a acompanhar na sua evolução para o sacramento do matrimónio» (AL 293).

Também aqui é preciso acompanhar e discernir, já que «muitas vezes a escolha do matrimónio civil ou, em diversos casos, da simples convivência não é motivada por preconceitos ou relutância face à união sacramental, mas por situações culturais ou contingentes» (AL 294).

Hoje é cada vez mais comum que os casais que pedem o matrimónio já vivam juntos. As razões podem ser muitas: ‘mentalidade geral contrária às instituições e aos compromissos definitivos’; instabilidade económica e laboral; a celebração do matrimónio ser vista como um luxo para o qual é preciso ter dinheiro (cf. AL 294).

Poderíamos juntar a estas razões: o crescente número de divórcios e o medo que aconteça o mesmo; algumas experiências familiares negativas; a falta de fé de um dos conjugues ou a falta de pertença a uma comunidade, muitas vezes decorrente de uma mudança geográfica.

Diante desta realidade «é preciso enfrentar todas estas situações de forma construtiva, procurando transformá-las em oportunidades de caminho para a plenitude do matrimónio e da família à luz do Evangelho. Trata-se de acolhê-las e acompanhá-las com paciência e delicadeza’. Foi o que Jesus fez com a Samaritana (cf. *Jo* 4, 1-26): dirigiu uma palavra ao seu desejo de amor verdadeiro, para a libertar de tudo o que obscurecia a sua vida e guiá-la para a alegria plena do Evangelho» (AL 294).

«Nesta linha, São João Paulo II propunha a chamada ‘lei da gradualidade’, ciente de que o ser humano ‘conhece, ama e cumpre o bem moral segundo diversas etapas de crescimento’ [FC 34]. Não é uma ‘gradualidade da lei’, mas uma gradualidade no exercício prudencial dos atos livres em sujeitos que não estão em condições de compreender, apreciar ou praticar plenamente as exigências objetivas da lei’ (AL 295).

47. Acompanhar os divorciados recasados

[Capítulo VIII – Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade (291-312)]

O Papa começa por lembrar que «duas lógicas percorrem toda a história da Igreja: marginalizar e reintegrar. (...) O caminho da Igreja, desde o Concílio de Jerusalém em diante, é sempre o de Jesus: o caminho da misericórdia e da integração. (...) O caminho da Igreja é o de não condenar eternamente ninguém; derramar a misericórdia de Deus sobre todas as pessoas que a pedem com coração sincero (...). Porque a caridade verdadeira é sempre imerecida, incondicional e gratuita» (AL 296).

Nesse contexto da Tradição e da Sagrada Escritura, o Papa Francisco sublinha a opção de integrar. «Trata-se de integrar a todos, deve-se ajudar cada um a encontrar a sua própria maneira de participar na comunidade eclesial, para que se sinta objeto duma misericórdia ‘imerecida, incondicional e gratuita’. Ninguém pode ser condenado para sempre, porque esta não é a lógica do Evangelho!» (AL 297).

É preciso discernir situações diferentes. Uma coisa é um divorciado que recasou civilmente e vive sem assumir os seus compromissos de fidelidade e de paternidade ou maternidade responsável, que vive afastado de Deus e desligado da comunidade. Outra coisa « é uma segunda união consolidada no tempo, com novos filhos, com fidelidade comprovada, dedicação generosa, compromisso cristão, consciência da irregularidade da sua situação e grande dificuldade para voltar atrás sem sentir, em consciência, que se cairia em novas culpas» (AL 298).

O Papa João Paulo II sobre os divorciados recasados tinha dito a 22 de Novembro de 1981: «A Igreja (...) reafirma a sua práxis (...) de não admitir à comunhão eucarística os divorciados que contraíram nova união. (...) Isto tem como consequência, concretamente, que quando o homem e a mulher, por motivos sérios - quais, por exemplo, a educação dos filhos - não se podem separar, ‘assumem a obrigação de viver em plena continência, isto é, de abster-se dos atos próprios dos cônjuges’» (FC 84).

O Papa Francisco comenta esta passagem dizendo: «Nestas situações, muitos, conhecendo e aceitando a possibilidade de conviver ‘como irmão e irmã’ que a Igreja lhes oferece, assinalam que, se faltam algumas expressões de intimidade, ‘não raro se põe em risco a fidelidade e se compromete o bem da prole’» (AL - nota 329).

Neste sentido a nota 351 da AL vai dizer o que não disse a *Familiaris Consortio* (cf. FC 84): «Em certos casos, poderia haver também a ajuda dos sacramentos. Por isso, 'aos sacerdotes, lembro que o confessional não deve ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor' [EG 44]. E de igual modo assinalo que a Eucaristia 'não é um prémio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os fracos' [EG 47]» (AL nota 351).

48. A integração na comunidade dos divorciados recasados

[Capítulo VIII – Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade (291-312)]

Diz o Papa Francisco: «Acolho as considerações de muitos Padres sinodais que quiseram afirmar que ‘os batizados que se divorciaram e voltaram a casar civilmente devem ser mais integrados na comunidade cristã sob as diferentes formas possíveis, evitando toda a ocasião de escândalo. A lógica da integração é a chave do seu acompanhamento pastoral, para saberem que não só pertencem ao Corpo de Cristo que é a Igreja, mas podem também ter disso mesmo uma experiência feliz e fecunda’» (AL 299).

Concretizando esta dimensão, diz: «A sua participação pode exprimir-se em diferentes serviços eclesiais, sendo necessário, por isso, discernir quais das diferentes formas de exclusão atualmente praticadas em âmbito litúrgico, pastoral, educativo e institucional possam ser superadas. Não só não devem sentir-se excomungados, mas podem viver e maturar como membros vivos da Igreja, sentindo-a como uma mãe que sempre os acolhe, cuida afetosamente deles e encoraja-os no caminho da vida e do Evangelho. Esta integração é necessária também para o cuidado e a educação cristã dos seus filhos, que devem ser considerados o elemento mais importante» (AL 299).

Mas quais são as normas dessa integração? Em resposta diz o Papa: «Se se tiver em conta a variedade inumerável de situações concretas (...) é compreensível que se não devia esperar do Sínodo ou desta Exortação uma nova normativa geral de tipo canónico, aplicável a todos os casos. É possível apenas um novo encorajamento a um responsável discernimento pessoal e pastoral dos casos particulares, que deveria reconhecer: uma vez que ‘o grau de responsabilidade não é igual em todos os casos’» (AL 300).

«Os sacerdotes têm o dever de ‘acompanhar as pessoas interessadas pelo caminho do discernimento segundo a doutrina da Igreja e as orientações do bispo. Neste processo, será útil fazer um exame de consciência, através de momentos de reflexão e arrependimento’. (...) Trata-se dum itinerário de acompanhamento e discernimento que ‘orienta estes fiéis na tomada de consciência da sua situação diante de Deus. O diálogo com o sacerdote, no foro interno, concorre para a formação dum juízo correto sobre aquilo que dificulta a possibilidade duma participação mais plena na vida da Igreja e sobre os passos que a podem favorecer e fazer crescer’» (AL 300).

«Uma vez que na própria lei não há gradualidade (cf. FC 34), este discernimento não poderá jamais prescindir das exigências evangélicas de verdade e caridade propostas pela Igreja. Para que isto aconteça, devem garantir-se as necessárias condições de humildade, privacidade, amor à Igreja e à sua doutrina, na busca sincera da vontade de Deus e no desejo de chegar a uma resposta mais perfeita à mesma» (AL 300).

49. O enquadramento pastoral para as normas do discernimento

[Capítulo VIII – Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade (291-312)]

O Papa Francisco começa por recordar que: «É verdade que as normas gerais apresentam um bem que nunca se deve ignorar nem transcurar, mas, na sua formulação, não podem abarcar absolutamente todas as situações particulares. Ao mesmo tempo é preciso afirmar que, precisamente por esta razão, aquilo que faz parte dum discernimento prático numa situação particular não pode ser elevado à categoria de norma» (AL 304).

«Por isso, um pastor não pode sentir-se satisfeito apenas aplicando leis morais àqueles que vivem em situações ‘irregulares’, como se fossem pedras que se atiram contra a vida das pessoas. É o caso dos corações fechados, que muitas vezes se escondem até por detrás dos ensinamentos da Igreja ‘para se sentar na cátedra de Moisés e julgar, às vezes com superioridade e superficialidade, os casos difíceis e as famílias feridas’» (AL 305)

«Por causa dos condicionalismos ou dos fatores atenuantes, é possível que uma pessoa, no meio numa situação objetiva de pecado – mas subjetivamente não seja culpável ou não o seja plenamente –, possa viver em graça de Deus, possa amar e possa também crescer na vida de graça e de caridade, recebendo para isso a ajuda da Igreja. [aqui encontra-se a ‘polémica’ nota 351]» (AL 305).

«O discernimento deve ajudar a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus. Lembremo-nos de que ‘um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades’ [EG 44]» (AL 305).

Todo este acolhimento não pode significar relativismo ou perda do ideal cristão do matrimónio. Neste sentido, diz o Papa: «A compreensão pelas situações excepcionais não implica jamais esconder a luz do ideal mais pleno, nem propor menos de quanto Jesus oferece ao ser humano. Hoje, mais importante do que uma pastoral dos falimentos é o esforço pastoral para consolidar os matrimónios e assim evitar as ruturas» (AL 307).

Antevendo críticas e dificuldades no acolher desta proposta, o Papa Francisco diz: «Compreendo aqueles que preferem uma pastoral mais rígida, que não dê lugar a confusão alguma; mas creio sinceramente que Jesus Cristo quer uma Igreja atenta ao bem que o Espírito derrama no meio da fragilidade: uma Mãe que, ao mesmo tempo que expressa claramente a sua doutrina objetiva, ‘não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada’ [EG 45]» (AL 308). «A Igreja não é uma alfândega; é a casa paterna, onde há lugar para todos» (EG 47).

50. Um diálogo confiante entre pastores e fiéis

[Capítulo VIII – Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade (291-312)]

O Papa Francisco, na conclusão do oitavo capítulo, apela a um diálogo confiante e sincero. Fala de «um clima que nos impede de desenvolver uma moral fria de escritório quando nos ocupamos dos temas mais delicados» (AL 312). De facto, muitas vezes todos nós corremos o risco de cair numa ‘moral fria’, incapaz de escutar a dor do outro, de considerar a sua situação e o seu contexto.

Por isso, o Papa não se cansa de alertar para o facto de ‘pormos tantas condições à misericórdia divina que a esvaziamos de sentido concreto e real’ (cf. AL 311). «Às vezes custa-nos muito dar lugar, na pastoral, ao amor incondicional de Deus» (AL 311). É mais fácil ceder à tentação do cumprimento de todas as regras, de um ‘igualitarismo’ que exclua o discernimento e a consciência.

Neste sentido, o Papa refere, na nota 364: «Talvez por escrúpulo, oculto por detrás dum grande desejo de fidelidade à verdade, alguns sacerdotes exigem aos penitentes um propósito de emenda claro sem sombra alguma, fazendo com que a misericórdia se esfume debaixo da busca duma justiça supostamente pura. Por isso vale a pena recordar o ensinamento de São João Paulo II quando afirmou que a previsibilidade duma nova queda ‘não prejudica a autenticidade do propósito’ [*Carta ao Cardeal William Baum por ocasião do curso sobre o foro interno, organizado pela Penitenciaria Apostólica* (22 de Março de 1996)].»

«É verdade, por exemplo, que a misericórdia não exclui a justiça e a verdade, mas, antes de tudo, temos de dizer que a misericórdia é a plenitude da justiça e a manifestação mais luminosa da verdade de Deus» (AL 311).

Deste modo, o discernimento e o diálogo pastoral deve estar «cheio de amor misericordioso, que sempre se inclina para compreender, perdoar, acompanhar, esperar e sobretudo integrar. Esta é a lógica que deve prevalecer na Igreja, para ‘fazer a experiência de abrir o coração àqueles que vivem nas mais variadas periferias existenciais’» (AL 312).

Eis o contexto que permite um verdadeiro diálogo entre pastores e fiéis. Neste sentido, o Papa diz: «Convido os fiéis, que vivem situações complexas, a aproximar-se com confiança para falar com os seus pastores ou com leigos que vivem entregues ao Senhor. Nem sempre encontrarão neles uma confirmação das próprias ideias ou desejos, mas seguramente receberão uma luz que lhes permita compreender melhor o que está a acontecer e poderão descobrir um caminho de amadurecimento pessoal. E convido os pastores a escutar, com carinho e serenidade, com o desejo sincero de entrar no coração do drama das pessoas e compreender o seu ponto de vista, para ajudá-las a viver melhor e reconhecer o seu lugar na Igreja» (AL 312).

51. A família como o lugar de uma espiritualidade específica

[Capítulo IX – Espiritualidade conjugal e familiar (313-324)]

É muito interessante pensar a família como um lugar onde Deus Trindade acontece. Uma Trindade que «vive intimamente no amor conjugal» (AL 314). Trata-se de uma presença que fundamenta e que faz emergir uma «espiritualidade específica que se desenrola no dinamismo das relações da vida familiar» (AL 313).

Neste contexto, podemos dizer, sublinhando as palavras do Papa, que «A comunhão familiar bem vivida é um verdadeiro caminho de santificação na vida ordinária e de crescimento místico, um meio para a união íntima com Deus. Com efeito, as exigências fraternas e comunitárias da vida em família são uma ocasião para abrir cada vez mais o coração, e isto torna possível um encontro sempre mais pleno com o Senhor» (AL 316).

«Por isso, aqueles que têm desejos espirituais profundos não devem sentir que a família os afasta do crescimento na vida do Espírito, mas é um percurso de que o Senhor Se serve para os levar às alturas da união mística» (AL 316). De facto, a família é uma vocação especial, uma vocação querida por Deus, que permite cada membro crescer no amor.

Viver e celebrar a vocação familiar significa reconhecer que «A presença do Senhor habita na família real e concreta, com todos os seus sofrimentos, lutas, alegrias e propósitos diários. Quando se vive em família, é difícil fingir e mentir, não podemos mostrar uma máscara. Se o amor anima esta autenticidade, o Senhor reina nela com a sua alegria e a sua paz. A espiritualidade do amor familiar é feita de milhares de gestos reais e concretos» (AL 315).

Trata-se de uma espiritualidade do quotidiano, feita de gestos simples e de palavras sinceras. É neste ‘quotidiano’, quando habitado pelo amor (trinitário), que o ‘humano e o divino’ se unem e se realizam. Por isso, a «espiritualidade matrimonial é uma espiritualidade do vínculo habitado pelo amor divino» (AL 315).

Se pensarmos bem, há tantos pequenos gestos, no contexto familiar, que revelam a grandeza do evangelho e do mistério da presença trinitária: a dedicação uns aos outros na doença, o carinho dos pais pelos filhos e dos avôs pelos netos, as brincadeiras dos filhos com os pais e dos netos com os avôs, o ‘mimo’ e o ‘carinho’ entre pais e filhos, as gargalhadas espontâneas, o humor partilhado, o empenho colocado numa refeição de família, o perdão e o diálogo sincero, as lágrimas partilhadas, os momentos em que somos ajuda e presença, a vida celebrada em tantos momentos (aniversários, batismos, casamentos, festas de catequese e da escola, passeios e férias em família)... e, sobretudo, a intimidade do casal - quando vivida à luz do amor profundo (cf. AL 317).

52. A oração na família

[Capítulo IX – Espiritualidade conjugal e familiar (313-324)]

Quando era pequeno, tive que escrever muitas vezes, para a ‘festa das famílias’ da minha paróquia, a seguinte frase: ‘Família que reza permanece unida’. De facto, quando uma família reza em família qualquer coisa acontece de ‘especial’ que reforça e melhora os laços familiares e conjugais. A oração familiar e a oração conjugal fazem pequenos grandes ‘milagres’.

No entanto, hoje parece que, para muitas famílias, não há tempo para a oração familiar ou simplesmente não parece que seja útil. Paulatinamente a oração foi caindo em desuso. É uma pena sobretudo porque se perde tanto quando a família não se reúne para rezar.

Sempre que a família consegue encontrar um tempo para rezar acontecem várias coisas: reúnem-se, falam uns com os outros, desligam a televisão ou desligam-se do telemóvel, criam um espaço de silêncio, cada um pode falar um pouco do seu dia, aprendem a agradecer e a pedir, reconhecem e valorizam a presença de Deus... é um grande momento especial de graça. O próprio Jesus recorda-nos: «onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou no meio deles» (Mt 18,20).

Neste mesmo sentido, diz o Papa Francisco: «Podem-se encontrar alguns minutos cada dia para estar unidos na presença do Senhor vivo, dizer-Lhe as coisas que os preocupam, rezar pelas necessidades familiares, orar por alguém que está a atravessar um momento difícil, pedir-Lhe ajuda para amar, dar-Lhe graças pela vida e as coisas boas, suplicar à Virgem que os proteja com o seu manto de Mãe. Com palavras simples, este momento de oração pode fazer muito bem à família» (AL 318).

Cada família encontrará o seu ‘modo’ de rezar e há muitas expressões da piedade popular que podem ajudar na oração, desde logo o terço. Contudo, importa sobretudo que a vida da família esteja expressa na oração, as alegrias e as dificuldades sejam rezadas em comum. Não se trata tanto de uma questão de quantidade mas de qualidade e de vida rezada. É essa vida que dialogamos com Deus.

Todo este dinamismo da oração familiar «atinge o seu ponto culminante ao participarem juntos na Eucaristia, sobretudo no contexto do descanso dominical. Jesus bate à porta da família, para partilhar com ela a Ceia Eucarística (cf. *Ap* 3, 20). Aqui, os esposos podem voltar incessantemente a selar a aliança pascal que os uniu e reflete a Aliança que Deus selou com a humanidade na Cruz» (AL 318).

Deste modo, especialmente o casal, deve ter presente a importância da eucaristia na sua vida e na sua relação. «O alimento da Eucaristia é força e estímulo para viver cada dia a aliança matrimonial como ‘igreja doméstica’» (AL 318). É a relação do casal, alimentada na eucaristia, que se torna ‘suporte’ de toda a vida da família. Um casal que reza faz uma família mais unida e mais forte.

53. Os esposos que vivem a alegria de envelhecerem lado a lado

[Capítulo IX – Espiritualidade conjugal e familiar (313-324)]

«No matrimônio, vive-se também o sentido de pertencer completamente a uma única pessoa. Os esposos assumem o desafio e o anseio de envelhecer e gastar-se juntos, e assim refletem a fidelidade de Deus. Esta firme decisão, que marca um estilo de vida, é uma ‘exigência interior do pacto de amor conjugal’, porque, ‘quem não se decide a amar para sempre, é difícil que possa amar de veras um só dia’» (AL 319).

Cada um pertence ao outro. No entanto, «isto não teria significado espiritual, se fosse apenas uma lei vivida com resignação. É uma pertença do coração, lá onde só Deus vê (cf. *Mt 5, 28*). Cada manhã, quando se levanta, o cônjuge renova diante de Deus esta decisão de fidelidade, suceda o que suceder ao longo do dia. E cada um, quando vai dormir, espera levantar-se para continuar esta aventura, confiando na ajuda do Senhor. Assim, cada cônjuge é para o outro sinal e instrumento da proximidade do Senhor, que não nos deixa sozinhos: ‘Eu estarei sempre convosco, até ao fim dos tempos’ (*Mt 28, 20*)» (AL 319).

Contudo, esta relação só pode ser verdadeiramente fecunda e libertadora «quando cada um descobre que o outro não é seu, mas tem um proprietário muito mais importante, o seu único Senhor. Ninguém pode pretender possuir a intimidade mais pessoal e secreta da pessoa amada, e só Ele pode ocupar o centro da sua vida» (AL 320).

O outro e sempre o lugar do dom, é sempre um dom para mim. Mais do que dizer ‘gosto muito de ti’ ou ‘amo-te’ devíamos aprender a dizer ‘tu és um dom para mim’ ou ‘tu és um dom que Deus me dá’. Um dom que não podemos ‘desvalorizar’ nem ‘domesticar’ para depois tomarmos posse do outro como se fosse ‘meu’.

Muitas vezes podemos correr o risco de pretender ‘que o outro satisfaça completamente as nossas exigências’ (cf. AL 320). «É preciso que o caminho espiritual de cada um (...) o ajude (...) a deixar de esperar dessa pessoa aquilo que é próprio apenas do amor de Deus. Isto exige um despojamento interior» (AL 320).

Neste dinamismo não bastam as capacidades humanas e os desejos mais bem intencionados. Com facilidade voltamos a fazer do outro um ‘objeto’, um lugar dos meus egoísmos, um ‘saco de boxe’, um meio para alcançar qualquer coisa. Por isso, «O espaço exclusivo, que cada um dos cônjuges reserva para a sua relação pessoal com Deus, não só permite curar as feridas da convivência, mas possibilita também encontrar no amor de Deus o sentido da própria existência. Temos necessidade de invocar cada dia a ação do Espírito, para que esta liberdade interior seja possível» (AL 320).

54. A família como o lugar da graça e do testemunho da fé

[Capítulo IX – Espiritualidade conjugal e familiar (313-324)]

A vivência cristã e a fé em Deus Trindade ganham mais sentido quando nos fazem viver o quotidiano de forma mais profunda, mais empenhada, mais honesta e mais alegre. Caso contrário, corremos o risco de ‘fecharmos’ a porta à ação do Espírito Santo, ou de vivermos uma espiritualidade desencarnada, ou de pensarmos que ser cristão é simplesmente fazer ‘coisas’.

Cada um de nós tem de se sentir ‘cooperador da graça’ e instrumento da ação de Deus no mundo. Deus quer que a nossa vida esteja cheia do Espírito Santo e que essa presença seja a razão e a força do nosso testemunho. Ninguém pode falar com credibilidade daquilo que não vive, nem dar aos outros o que não experimenta.

Essa experiência e essa vivência de Deus começa em casa. Daí que o Papa insista, uma vez mais, que «Os esposos cristãos são cooperadores da graça e testemunhas da fé um para com o outro, para com os filhos e demais familiares» (AL 321). O testemunho cristão começa em casa, nas relações mais próximas.

«Por isso mesmo, a família ‘foi desde sempre o *hospital* mais próximo’. Prestemo-nos cuidados, apoiemo-nos e estimulemo-nos mutuamente, e vivamos tudo isto como parte da nossa espiritualidade familiar. A vida em casal é uma participação na obra fecunda de Deus, e cada um é para o outro uma permanente provocação do Espírito» (AL 321). Efetivamente, o amor de Deus exprime-se ‘através das palavras vivas e concretas’.

«Cada um, cuidadosamente, desenha e escreve na vida do outro: ‘A nossa carta sois vós, uma carta escrita nos nossos corações (...) não com tinta, mas com o Espírito do Deus vivo’ (2 Cor 3, 2-3)» (AL 322). De facto, «É uma experiência espiritual profunda contemplar cada ente querido com os olhos de Deus e reconhecer Cristo nele. Isto exige uma disponibilidade gratuita que permita apreciar a sua dignidade» (AL 323).

Podemos e devemos viver tudo «isto na vida quotidiana da família. Nela, recordamos que a pessoa que vive connosco merece tudo, pois tem uma dignidade infinita por ser objeto do amor imenso do Pai. Assim floresce a ternura, capaz de ‘suscitar no outro a alegria de sentir-se amado’» (AL 323).

Deste modo e por tudo isto, «a família vive a sua espiritualidade própria, sendo ao mesmo tempo uma igreja doméstica e uma célula viva para transformar o mundo» (AL 324). Uma célula capaz de se multiplicar e de alargar a outros. Pequenos sinais de esperança ‘semeados’ no nosso mundo. Que esta célula (família) e outras células (na comunidade) possam continuar a transformar o mundo.

55. Fim de um itinerário: tempo para avaliar e agradecer

Terminamos hoje um percurso que fomos fazendo ao longo de 9 capítulos e de 54 encontros. Chegados ao encontro 55 é tempo de avaliar e de dar graças pelo caminho percorrido. Sobretudo, pelo quanto Deus atravessou a nossa vida, as nossas reflexões e as nossas preocupações.

Perguntas:

1. O que mais me ajudou e dificultou no esquema e nos conteúdos dos temas?
2. Quais foram as reflexões/partilhas que mais me ajudaram a crescer pessoalmente?
3. Em que medida os temas ajudaram a nossa célula a crescer, a rezar e a comprometer-se?
4. Que temas ou conteúdos senti falta e desejava aprofundar no(s) próximo(s) ano(s)?

Elementos para o momento final de ação de graças:

«Como recordamos várias vezes nesta Exortação, nenhuma família é uma realidade perfeita e confeccionada duma vez para sempre, mas requer um progressivo amadurecimento da sua capacidade de amar. Há um apelo constante que provém da comunhão plena da Trindade, da união estupenda entre Cristo e a sua Igreja, daquela comunidade tão bela que é a família de Nazaré e da fraternidade sem mácula que existe entre os Santos do céu. (...) Não percamos a esperança por causa dos nossos limites, mas também não renunciemos a procurar a plenitude de amor e comunhão que nos foi prometida» (AL 325).

Oração à Sagrada Família (AL 325)

Jesus, Maria e José, em Vós contemplamos o esplendor do verdadeiro amor,
confiantes, a Vós nos consagramos.

Sagrada Família de Nazaré, tornai também as nossas famílias
lugares de comunhão e cenáculos de oração, autênticas escolas do Evangelho
e pequenas igrejas domésticas.

Sagrada Família de Nazaré, que nunca mais haja nas famílias
episódios de violência, de fechamento e divisão;
e quem tiver sido ferido ou escandalizado seja rapidamente consolado e curado.

Sagrada Família de Nazaré, fazei que todos nos tornemos conscientes
do carácter sagrado e inviolável da família, da sua beleza no projeto de Deus.

Jesus, Maria e José, ouvi-nos e acolhei a nossa súplica. *Ámen.*